

**ALIMENTAÇÃO,
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE:
A IMPORTÂNCIA DA BOA
CONDIÇÃO FÍSICA DA
POPULAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL
DO PAÍS**

Tagore Villarim de Siqueira

Setembro - 2005



**O BANCO DO DESENVOLVIMENTO
DE TODOS OS BRASILEIROS**

**ALIMENTAÇÃO,
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE:
A IMPORTÂNCIA DA BOA
CONDIÇÃO FÍSICA DA
POPULAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL
DO PAÍS**

Tagore Villarim de Siqueira*

Setembro – 2005

* Economista do Departamento Regional Nordeste do BNDES – GP/DENOR.

Sumário

Resumo	5
1. Introdução	7
2. Tendências da Produção e Consumo de Alimentos	9
2.1 Tendências Mundiais do Consumo de Alimentos	21
2.2 O Consumo de Alimentos no Brasil: 2002-2003	25
2.2.1 Tendência em Trinta Anos: 1974-2003	27
2.2.2 Consumo de Alimentos segundo as Grandes Regiões Brasileiras	29
3. A Importância do Esporte para a Saúde	30
3.1 Impactos dos Gastos com Auxílio-Doença na Previdência Social	33
4. A Importância dos Esportes para o Desenvolvimento Econômico e Social.....	35
4.1 Iniciativas para Melhorar o Desempenho das Atividades Esportivas no País .	40
4.1.1 Ensino e Formação de Pessoal em Educação Física no Brasil	41
4.1.2 A Situação da Infra-estrutura para Atividades Esportivas no Brasil ..	43
4.1.3 Ginástica no Trabalho	46
4.1.4 <i>Clusters</i> Esportivos	47
4.2 Os Esportes, o Índice de Desenvolvimento Humano e as Metas do Milênio ...	47
4.3 Propostas para o Brasil	53
5. Considerações Finais	56
6. Anexo	58
7. Referências Bibliográficas	59

Resumo

A prática de esportes representa uma dimensão importante no processo de desenvolvimento econômico e social dos países, tendo-se em vista que, quanto melhor as pessoas estiverem fisicamente, melhores serão as condições para elas produzirem pelo maior período de tempo possível de suas vidas; ou seja, de contribuir para o aumento da produtividade e do fluxo de renda individual e social. Este artigo considera tais dimensões do desenvolvimento humano e propõe que o fortalecimento das iniciativas para melhorar as condições da prática de esportes no País contribui para formação de uma nova sociedade da qualidade total, que vai além da qualidade nos processos de produção, produtos e serviços e incorpora também a saúde e a qualidade de vida.

1. Introdução

Nos últimos anos foi observado um grande aumento do interesse por temas relacionados a saúde, alimentação e atividades esportivas, com tais temas passando a serem mais veiculados na mídia nacional e internacional. A revista *Veja*, por exemplo, em seus 38 anos de existência (1968–2005), publicou como matéria de capa 86 reportagens relacionadas ao tema saúde, sendo que 68,60% dessas matérias foram publicadas nos últimos dez anos (59 capas) e 36,05% (31 capas), entre 2000 e 2005.

Em síntese, as publicações apresentam os avanços alcançados no tratamento da saúde relativos a cardiopatias, diabetes, hipertensão, obesidade, problemas neurológicos etc. Além disso, são apresentadas novidades tecnológicas em várias especialidades médicas. Em geral, as matérias mostram também como é possível melhorar a qualidade de vida nos dias atuais, melhorando a dieta alimentar e o preparo físico e, portanto, reduzindo o risco de várias doenças e aumentando a longevidade.

Os benefícios individuais e sociais gerados por esse padrão de comportamento são tão relevantes que se pode dizer que, caso ele fosse adotado por toda a população, o País entraria em um estágio mais avançado de desenvolvimento, caracterizado pela melhor qualidade de vida. Além disso, à medida que esse comportamento fosse seguido por toda a população, poderíamos pensar na formação de uma nova sociedade da qualidade total, ampliando a aplicação do conceito de qualidade total em termos de processo de produção, produtos e serviços à luz da proposta de Deming (1990; 1997), para o desenvolvimento humano baseado em regras voltadas para cuidar melhor do corpo, mantendo a boa condição física baseada em uma dieta saudável e na prática de esportes.

Assim, os programas de desenvolvimento dos países, além de focar as iniciativas para aumentar os investimentos em capital (infra-estrutura, máquinas e equipamentos), trabalho (educação e qualificações específicas) e inovação tecnológica, deveriam também eleger como prioritários os investimentos na melhoria do condicionamento físico da população. Nenhum país, especialmente os pobres e os em desenvolvimento, pode depender de uma massa de trabalhadores na maioria obesa ou com sobrepeso e propensa a contrair doenças, com muitas delas apresentando alto risco de invalidez parcial ou total. Tal condição afeta a incidência de doenças, as faltas no trabalho, a produtividade e as despesas da Previdência Social.

Associado ao aspecto da formação intelectual das pessoas – o capital humano –, é fundamental criar condições para a manutenção da boa condição física destas. Não é possível gastar enormes quantias com educação geral e cursos de alta qualificação e negligenciar as iniciativas que orientem e motivem as pessoas a manterem a boa condição física ao longo da vida.

O capital humano é definido aqui como sendo um dado estoque de conhecimento adquirido pelas pessoas – seja na escola, na universidade (graduação e pós-graduação) ou em cursos técnicos e de especialização –, que é capaz de gerar um fluxo de rendimentos ao longo da vida dos detentores de sua propriedade, tal como qualquer bem de capital é capaz de gerar um fluxo de renda, seja uma máquina ou equipamento, por exemplo.

Associado a esse conceito, é introduzida neste artigo a idéia de que as iniciativas para ampliar a formação de capital humano devem ser acompanhadas da criação de condições para que tal capital gere rendimentos pelo prazo mais longo possível durante a vida das pessoas; ou seja, deve-se eleger como prioritária a melhoria do condicionamento físico da população em geral e em especial dos mais qualificados, com isso sendo mais verdadeiro nos países pobres e em desenvolvimento, cuja escassez dessa mão-de-obra é maior e que dispõem de menos recursos para formação de pessoal.

A elevação dos investimentos para melhorar o condicionamento físico da população visa, entre outros benefícios, reduzir o risco de doenças e problemas de saúde que podem levar à invalidez parcial ou total das pessoas. A ausência de tal iniciativa representa a redução do tempo de vida produtiva de boa parte da população, não permitindo aos indivíduos e ao país usufruir plenamente dos investimentos em educação. Isso é mais verdadeiro nos países em desenvolvimento, onde o pessoal qualificado é escasso e mais difícil de ser formado e repostado nas mais diferentes áreas da economia.

Dessa forma, é preciso não apenas definir as políticas públicas para formação de pessoal, mas também definir políticas que orientem e motivem as pessoas a manterem-se em boas condições de produção pelo tempo mais longo possível, isso é bom para as pessoas e é bom para o país. Tais políticas poderiam ser focadas nos fatores micro que afetam a saúde da população, como dieta alimentar, ginástica, exames periódicos, higiene pessoal (como pelo menos um banho por dia e higienizar os dentes após cada refeição) e riscos decorrentes do tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas. Todavia, deve-se dar atenção também à necessidade das políticas focadas nos fatores macro, como criminalidade, trânsito e poluição ambiental, que exercem um impacto negativo muito grande sobre a saúde da população. No caso brasileiro, seria possível pensar em uma política que defendesse maior rigor quanto à manutenção do peso das pessoas no intervalo entre 20 e 25 do IMC (Índice de Massa Corpórea), a realização de exames periódicos anuais e a comprovação de estar praticando uma atividade esportiva regularmente perante a instituição a que a pessoa estivesse ligada.

Nesse sentido, podemos pensar que seria possível reduzir o número de faltas ao trabalho no país por problemas de saúde e os respectivos impactos negativos sobre a produtividade do tra-

balho e despesas da Previdência Social. A boa condição física das pessoas permitirá que cada um usufrua a renda gerada pelo trabalho pelo maior número de anos possível, gerando impactos positivos na redução de faltas e no aumento da longevidade e, portanto, reduzindo os gastos da Previdência. Dessa forma, propomos, neste trabalho, que o tema da boa condição física da população seja considerado necessário para o desenvolvimento econômico dos países, sendo, então, necessário introduzi-lo nas Metas do Milênio e no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Este artigo está organizado em três capítulos, além da introdução, considerações finais, referências bibliográficas e anexo. No primeiro capítulo são apresentadas as tendências relativas à produção e ao consumo de alimentos e impactos sobre a obesidade. No segundo, são apresentadas considerações sobre os impactos positivos da prática de exercícios para a saúde das pessoas, como a redução da incidência de doenças que atingem a população e diminuem a duração do período produtivo da população. Por fim, no terceiro, são apresentadas considerações sobre o papel das atividades esportivas para o desenvolvimento econômico e social.

2. Tendências da Produção e Consumo de Alimentos

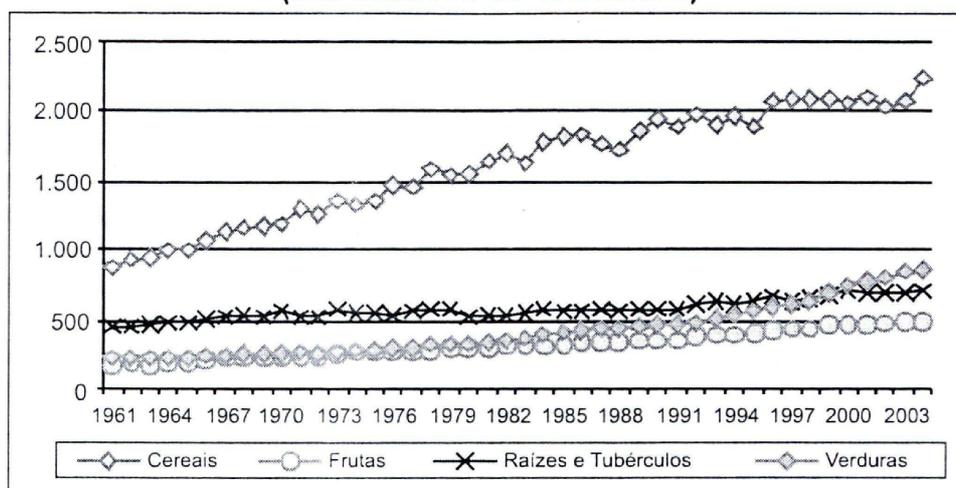
Desde a década de 1950, o mundo vivencia uma tendência de aumentos espetaculares da produção e do comércio internacional de produtos agropecuários, com o Brasil desempenhando um papel de destaque na chamada Revolução Verde [ver Gráficos 1 a 4, Tabela 1 do Anexo e Siqueira (2003a, 2003b, 2003c e 2004)].

Entre 1961 e 2004, a produção mundial de cereais foi duplicada, saltando da média anual de 1 bilhão de toneladas, nos anos 1960, para 2 bilhões de toneladas, na década de 1990, e 2,1 bilhões, entre 2001 e 2004. Nesse período, embora o incremento médio tenha sido de 2,3% ao ano, a tendência foi de desaceleração do ritmo de expansão, com o crescimento médio caindo de 3,51% ao ano, na década de 1960, para 0,61% ao ano, na década de 1990. Todavia, o ritmo de crescimento se recuperou no período mais recente, entre 2001 e 2004, com a taxa de variação voltando a se acelerar e alcançando 2,35% ao ano.¹

A tendência da produção mundial de frutas também foi alta, com a produção sendo mais do que duplicada ao longo do período observado e subindo da média de 208 milhões de t ao ano, na década de 1960, para 418 milhões de t na década de

¹ A fonte dos dados sobre a produção mundial de alimentos apresentados neste artigo foi a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), disponível em www.fao.org.

Gráfico 1
Produção Agrícola Mundial – 1961-2004
(Em Milhões de toneladas)



1990, chegando à média de 484 milhões de t entre 2001 e 2004. Entre 1962 e 2004, a taxa de crescimento atingiu a média de 2,50% ao ano. A produção das frutas tropicais seguiu essa mesma tendência, saltando da média anual de 6 milhões de t, na década de 1960, para 13 milhões de t, na década de 1990, e atingindo 15 milhões de t nos primeiros quatro anos da atual década. O incremento médio anual foi de 2,80% entre 1962 e 2004. Entre os anos 1960 e 1980, a produção total de frutas apresentou desaceleração do crescimento, enquanto as frutas tropicais apresentaram crescimento rápido. Na década de 1990, as tendências se inverteram e nos primeiros quatro anos da atual década (2001 a 2004) as frutas tropicais voltaram a apresentar crescimento mais acelerado, de 4,81% contra 1,42% da produção total de frutas.

A produção de raízes e tubérculos saltou de uma média anual de 498 milhões de t, na década de 1960, para 638 milhões de t, nos anos 1990, chegando a 696 milhões de t entre 2001 e 2004. Entre 1962 e 2004, a taxa de crescimento alcançou a média de 1,11% ao ano. Após apresentar tendência de declínio nos anos 1970, taxa média de -0,51% ao ano, a tendência voltou a ser de alta nas duas décadas seguintes. Entre 2001 e 2004, o ritmo de expansão desacelerou, com a taxa caindo para 0,30% ao ano.

A produção de verduras saltou de uma média anual de 235 milhões de t, na década de 1960, para 584 milhões de t, na década de 1990, chegando a 821 milhões de t entre 2001 e 2004. O incremento médio foi de 3,22% entre 1962 e 2004. A tendência, porém, foi de aceleração do crescimento econômico entre as décadas de 1980 e 1990 e de pequena desaceleração entre 2001 e 2004.

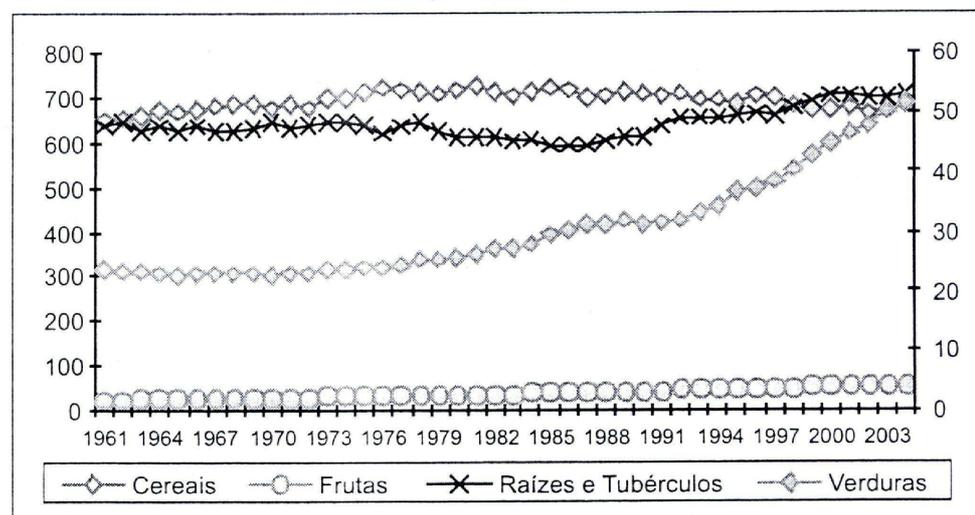
A área colhida das principais culturas agrícolas no mundo, no mesmo período, apresentou crescimento expressivo, com exceção da área dos cereais que cresceu apenas 1% ao longo de

quatro décadas. Nesse caso, o que aconteceu foi a substituição de áreas de produção, decorrente da entrada e saída de produtores. O Brasil, por exemplo, se tornou um dos maiores produtores de cereais do mundo nesse período, com destaque para a soja [ver Siqueira (2004)]. A área colhida mundial de cereais passou da média anual de 669 milhões de ha para 712 milhões de ha entre as décadas de 1960 e 1980. Todavia, a partir dos anos 1990, a tendência foi declinante, com a área colhida média anual caindo para 692 milhões de ha, na década de 1990, e 673 milhões de ha entre 2001 e 2004. A área colhida de raízes e tubérculos também não apresentou crescimento expressivo, com a expansão atingindo apenas 5% entre as décadas de 1960 e 1990. Na comparação com os primeiros quatro anos da atual década, o crescimento foi maior, alcançando 11%. As outras culturas, porém, experimentaram um aumento substancial da área colhida entre as décadas de 1960 e 1990, a saber: frutas (75%), frutas tropicais (123%) e verduras (61%). Na comparação com os primeiros anos da atual década, os incrementos foram maiores, de, respectivamente, 92%, 169% e 112% (ver Gráfico 2 e Tabela 2 do Anexo).

O resultado das *performances* da produção e área colhida dessas culturas foi um aumento considerável do rendimento físico médio no período observado. Na produção de cereais, o aumento do rendimento médio atingiu 85%, entre os anos 1960 e 1990, e chegou a 101% quando comparado com os rendimentos alcançados entre 2001 e 2004. Em verduras, raízes e tubérculos e frutas o crescimento da produtividade até a década de 1990 foi de, respectivamente, 64%, 26% e 22%. No mesmo período, as frutas tropicais apresentaram crescimento mais modesto, de apenas 7% (ver Gráfico 3 e Tabela 3 do Anexo).

Vale observar que as comparações feitas são das médias mundiais e que, nesse período, ocorreram mudanças substanciais entre os principais produtores agropecuários. O Brasil, por

Gráfico 2
Produção Agrícola Mundial. Área Colhida - 1961-2004
(Hectare)



exemplo, apresentou rápido crescimento da produção e assumiu uma posição de liderança mundial em vários produtos agrícolas. Os consideráveis avanços observados nas áreas tecnológicas, empresariais e de infra-estrutura, proporcionaram a expansão da fronteira agrícola em bases empresariais modernas e com elevada competitividade, que permitiram ao País assumir posição de destaque entre os grandes produtores agrícolas mundiais, como foram os casos da cultura da manga, do mamão e da soja [ver Siqueira (2003a, 2003b, 2003c e 2004)].

Na pecuária, a tendência também foi de crescimento acelerado. A produção mundial média de carne por ano saltou de 86 milhões de t, na década de 1960, para 209 milhões de t, nos anos 1990, e 250 milhões de t entre 2001 e 2004, com o incremento médio alcançando 3,04% ao ano entre 1962 e 2004. A tendência do ritmo de expansão até a década de 1990 foi declinante, saindo de 3,90% ao ano na década de 1960, para 3,12% nos anos 1970, 2,79%, nos anos 1980 e 2,72%, nos anos 1990. Entre 2001 e 2004, porém, verificou-se aceleração do ritmo de expansão da produção, com a taxa de incremento alcançando a média de 2,92% ao ano (ver Gráfico 4 e Tabela 1 do Anexo).

A produção de ovos saltou de uma média de 17 milhões de t por ano na década de 1960 para 47 milhões de t na década de 1990 e alcançou a média de 60 milhões de t entre 2001 e 2004. Após apresentar tendência de queda no ritmo de crescimento nos anos 1970, quando a taxa média caiu para 3,00% ao ano, a tendência passou a ser de recuperação e alta nas duas décadas seguintes, com a taxa média alcançando 3,19% ao ano, nos anos 1980, e 4,04% ao ano, na década de 1990. Entre 2001 e 2004, porém, o ritmo de crescimento voltou a se desacelerar, com a taxa média caindo para 3,07% ao ano. Entre 1962 e 2004, o incremento médio alcançou 3,37% ao ano.

Gráfico 3
Mundo. Rendimento Físico na Agricultura - 1961-2004
(Toneladas/hectare)

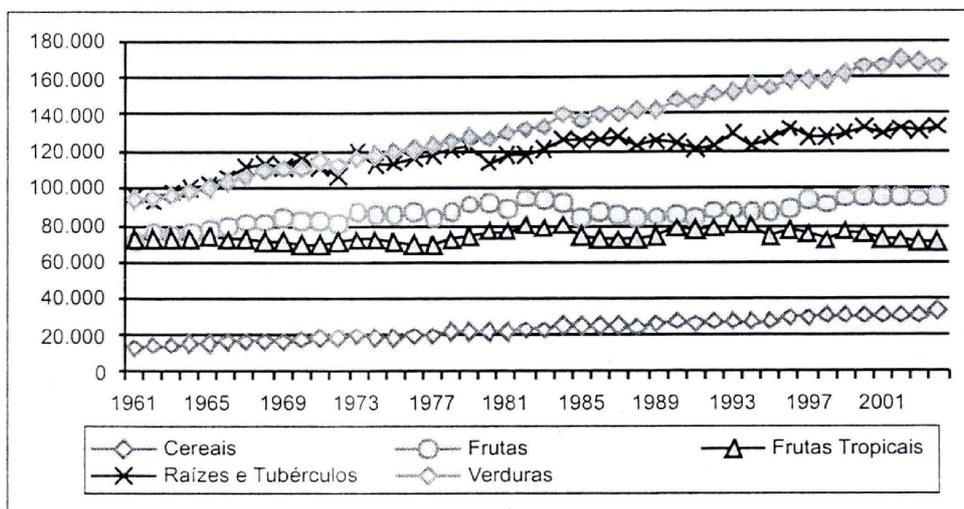
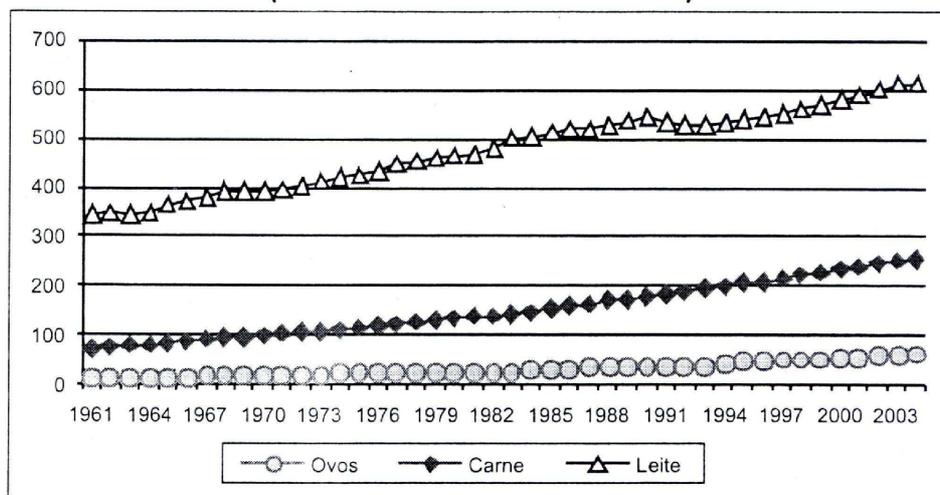


Gráfico 4
Produção Pecuária Mundial – 1961-2004
(Em Milhões de Toneladas)



A produção média de leite saltou de 368 milhões de t nos anos 1960 para 546 milhões de t na década de 1990 e 604 milhões de t entre 2001 e 2004. O incremento médio anual entre 1962 e 2004 foi de 1,36%, com a tendência sendo declinante a partir da década de 1970 (média de 1,76% ao ano) até a década de 1990 (média de 0,65% ao ano). Entre 2001 e 2004, porém, o crescimento da produção voltou a acelerar, com a taxa média alcançando 1,46% ao ano.

Nesse mesmo período, o comércio internacional de produtos agrícolas apresentou um crescimento espetacular, a despeito das barreiras impostas pelos países desenvolvidos, como taxas de importação, cotas e exigências fitossanitárias, além dos subsídios à agropecuária local. Os benefícios do comércio internacional poderiam ter sido muito maiores caso o protecionismo dos países ricos tivesse sido abrandado no agronegócio, permitindo, assim, maior geração de emprego e renda nos países em desenvolvimento.

Entre as décadas de 1960 e 1990, as exportações médias anuais de cereais cresceram 148% em quantum e 493% em valor. As exportações de frutas e verduras cresceram 1.234% em valor e as frutas tropicais cresceram 283% em quantum e 2.691% em valor; as exportações de raízes e tubérculos foram incrementadas em 589% em quantum e 3.921% em valor; as exportações de carne cresceram 293% em quantum e 1.203% em valor; e, as verduras, isoladamente, cresceram 397% em quantum e 585% em valor (ver Gráficos 5 e 6 e Tabela 4 do Anexo).

Na pecuária o crescimento das exportações também foi bastante vigoroso. As vendas de ovos aumentaram 451% em quantum e 2.155% em valor; e as exportações de leite cresceram 1.904% em valor, sendo que o leite em pó cresceu 221% em quantum e 1.803% em valor e as vendas de leite fresco aumentaram 1.577% em quantum e 6.113% em valor (ver Gráficos 9 e 10 e Tabela 4 do Anexo).

Gráfico 5
Exportações Mundiais de Cereais - 1961-2003
(Em US\$ Bilhões)

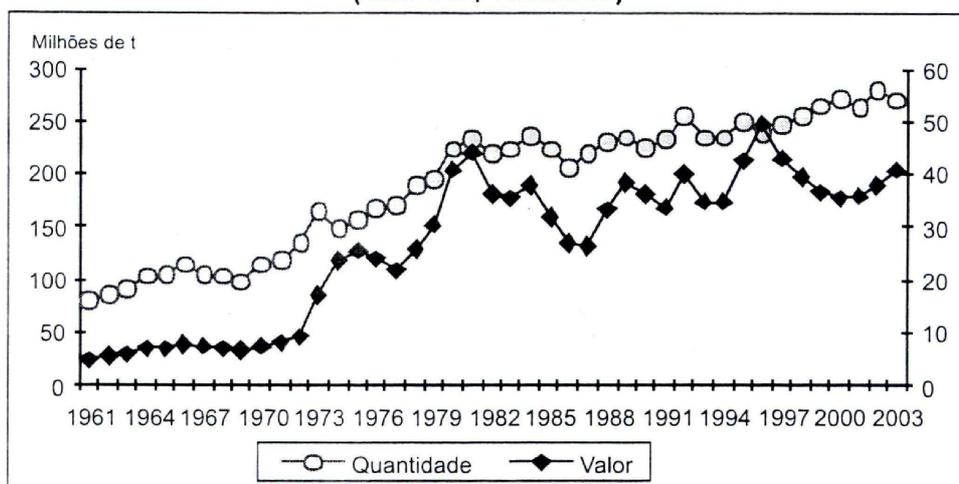
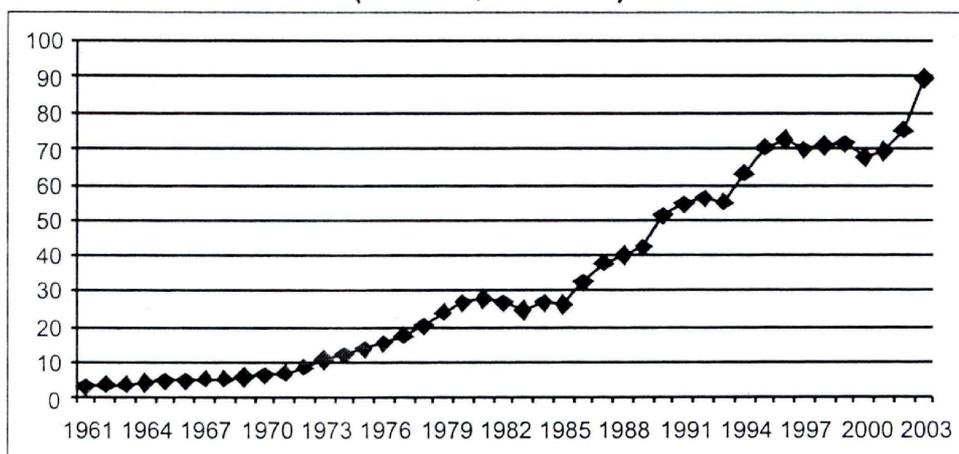


Gráfico 6
Exportações Mundiais de Frutas e Verduras - 1961-2003
(Em US\$ Bilhões)



O comércio internacional de produtos agrícolas mostra-se mais importante para os países em desenvolvimento, tendo-se em vista que são grandes produtores mundiais e apresentam competitividades mais elevadas. Por outro lado, o setor agrícola também tem se mostrado importante para os países desenvolvidos, que estabelecem subsídios para garantir a manutenção da produção agropecuária em patamares elevados ainda que de modo ineficiente. As experiências com situações de escassez de alimentos e de fome, tal como aconteceu durante e ao final da Segunda Guerra Mundial, motivaram a implantação de uma estratégia de segurança no abastecimento alimentar baseada em subsídios. Tal estratégia proporcionou uma grande expansão da produção agropecuária como foram às experiências dos países europeus e dos Estados Unidos. Dessa forma, a manutenção das relações entre o campo e a cidade garantiu o fornecimento de alimentos para as áreas com maiores concentrações populacionais, reduzindo, assim, o risco da escassez de alimentos.

Gráfico 7
Exportações Mundiais de Carne – 1961-2003
(Em US\$ Bilhões)

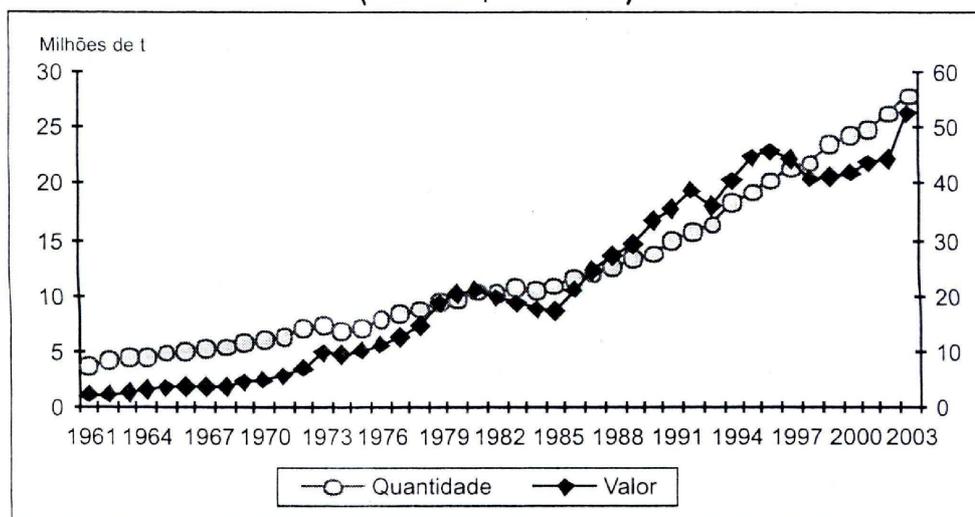
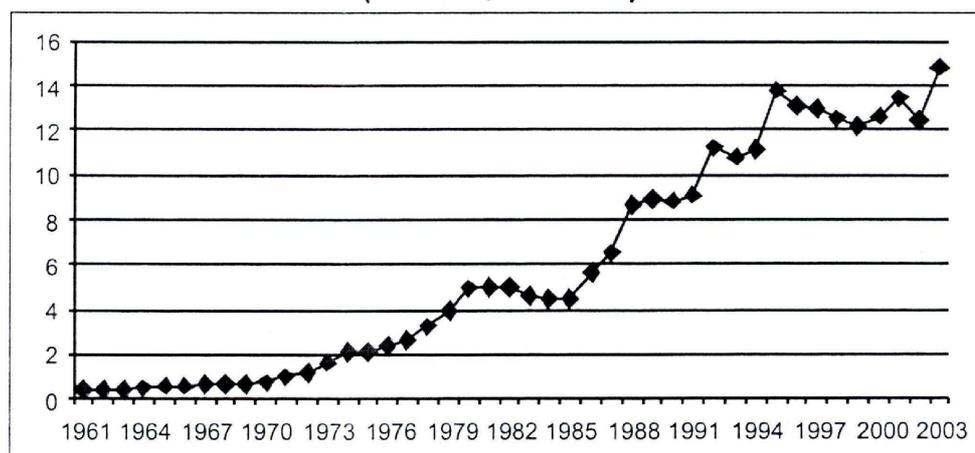


Gráfico 8
Exportações Mundiais de Leite (Condensado, em Pó e Fresco) – 1961-2003
(Em US\$ Bilhões)



Tal estratégia, embora tenha sido uma solução ao abastecimento de alimentos desses países, proporcionou distorções no comércio internacional que prejudicam os países em desenvolvimento que apresentam maior competitividade no setor. A eliminação dos subsídios aumentaria consideravelmente a demanda pela produção de alimentos dos países em desenvolvimento. Esse novo cenário, em que os países ricos poderiam comprar mais alimentos dos países em desenvolvimento a um custo bem mais baixo, proporcionaria até a redução da instabilidade na geopolítica mundial, motivada pela redução do desemprego e da fome nos continentes mais pobres.

Todavia, a despeito dessas distorções, a principal consequência do ritmo de crescimento da produção agropecuária superior ao da taxa de crescimento populacional, observado nos últimos cinco decênios, foi o aumento do consumo *per capita* de alimentos no mundo. Por exemplo, o consumo *per capita* médio

(kg/habitante/dia) de um conjunto de nove produtos alimentícios (cereais, frutas, verduras, raízes e tubérculos, castanhas, ovos, carne e leite) foi aumentado em 80%, saltando de uma média de 2,17 kg/habitante/dia nos anos 1960 para 3,90 kg/habitante/dia nos anos 1990. Nos primeiros anos da atual década, o consumo *per capita* médio diário saltou para 4,41 kg/habitante/dia, portanto, um crescimento de 103% em relação à média diária da década de 1960. Tais números evidenciam, assim, que a oferta de alimentos por habitante pode ser considerada realmente elevada. Em 2004, o consumo *per capita* diário desse grupo de alimentos chegou a 4,50 kg, confirmando, assim, a tese de que os problemas da fome ainda existentes no mundo devem-se a problemas de distribuição e não mais de produção.

Tal desempenho da produção de alimentos criou as condições para acabar com o flagelo da fome que atinge parte da população mundial. A experiência do Brasil é um exemplo nesse sentido, a POF 2002–2003 mostrou que atualmente a população brasileira é mais atingida pelo sobrepeso e a obesidade do que pelo déficit de peso decorrente da escassez de alimentos. Todavia, ainda é preciso vencer muitos obstáculos na esfera da distribuição, especialmente nos países mais pobres da África, Ásia e América Latina, que enfrentam problemas de toda natureza e são mais afetados em relação a renda, preço e logística. Enfim, a despeito dos aumentos da produção agrícola, os problemas na distribuição ainda atingem milhões de pessoas [ver Sen (2000) e www.fao.org].

Por outro lado, o consumo isolado de alguns produtos ainda permanece em patamares muito baixos. Por exemplo, entre 2001 e 2004, o consumo *per capita* médio diário de frutas e verduras foi de 0,420 kg/habitante, sendo que o consumo de frutas tropicais foi de apenas 0,01 kg/habitante/dia. Nesse mesmo período, o consumo *per capita* médio de carne foi de 0,22 kg/habitante/dia.

Apesar dos problemas com a fome ainda persistirem em vários continentes, a expansão da oferta agrícola a taxas superiores aos incrementos populacionais mudou o foco dos problemas relacionados ao consumo de alimentos nas últimas décadas, que, gradativamente, passou a ser o do excesso e da qualidade dos alimentos e suas repercussões sobre a saúde da população, em virtude do sobrepeso/obesidade e aumento da incidência de doenças decorrentes de tais problemas. Atualmente, a obesidade é um problema comum a todos os continentes, podendo-se considerar que se encontra em andamento um processo de globalização da obesidade, resultante de um padrão de dieta alimentar inadequado associado ao sedentarismo e à insuficiência de atividade física regular. A Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo, estima que a parcela da população mundial com sobrepeso seja de um bilhão de habitantes, sendo que, no mínimo, 300 milhões de habitantes sejam obesos (ver www.who.int).

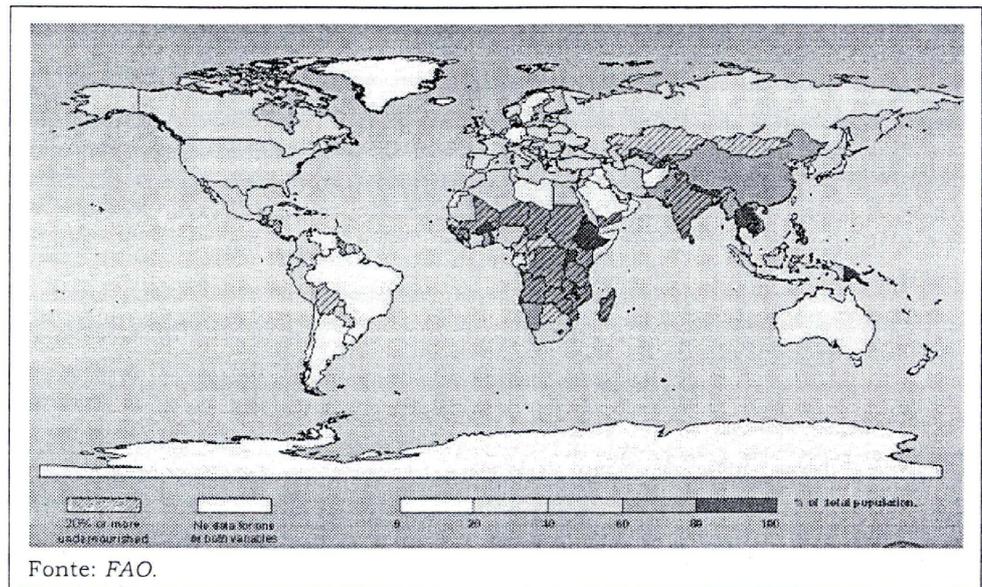
Os resultados da pesquisa do IBGE sobre a disponibilidade de alimentos nos domicílios brasileiros em 2002 e 2003, apresentados na próxima seção, sugerem que os problemas relacionados à distribuição de alimentos estão sendo superados rapidamente no Brasil, à medida em que mostram que a maior parte da população do País estar enfrentando os problemas decorrentes do excesso de alimentos e não mais da sua escassez, como foi diagnosticado nos anos 1950 pelo estudo pioneiro de Josué de Castro no livro *Geografia da fome* e pesquisas mais recentes, realizadas a partir da década de 1990, que identificaram a fome como um grave problema que atingia um percentual elevado da população brasileira e contribuíram para o lançamento de campanhas nacionais para acabar com a fome no País, tal como o Programa Fome Zero do governo federal.

Assim, a recente pesquisa do IBGE mostrou que a questão mais relevante para o País na atualidade não seria simplesmente a distribuição de alimentos e o déficit de peso, mas, sim, o sobrepeso, a obesidade e as condições de acesso aos nutrientes básicos, especialmente aqueles já identificados por pesquisas do Ministério da Saúde em grupos específicos da população, como crianças e gestantes de determinadas áreas do País, que apresentam carência de vitamina A, ácido fólico, iodo e ferro. Por exemplo, no Brasil, a anemia, causada pela carência de ferro, é um grave problema entre crianças de até dois anos (70%) e de até cinco anos (46,5%), e a carência de vitamina A é observada entre as gestantes no Nordeste e no Vale Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Um dos fatores determinantes dessa situação foi o êxodo da população do campo para a cidade, especialmente a partir de meados do século XX, que provocou uma concentração populacional excessiva nos centros urbanos, inchando as grandes cidades e agravando os problemas sociais, de habitação, educação, saúde, alimentação, saneamento e segurança. Tal movimento piorou as condições gerais de vida e de acesso à alimentação básica especificamente, colocando uma parcela da população sujeita a passar fome.

O Brasil apresenta um padrão de participação da população rural na população total semelhante aos padrões de vários países em desenvolvimento, tais como: Argentina, Chile e Venezuela, na América do Sul; Austrália, na Oceania; e, Marrocos, Somália e Egito, na África. Todavia, esse padrão é inferior aos percentuais apresentados por países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, Japão e países da União Européia (ver Mapa 1). Pode-se dizer, assim, que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro e de outros países em desenvolvimento provocou uma transferência excessiva de contingentes populacionais do meio rural para os centros urbanos. Ao mesmo tempo, esse processo dificultou o acesso aos alimentos e deixou parcelas consideráveis da população sujeitas a passar períodos de fome especialmente nas áreas urbanas, seja em função do desempre-

Mapa 1
População Rural – 2001



go ou dos salários reais baixos. Com tal situação demandando ações para reverter tal processo de deslocamentos populacionais campo-cidade.

Associado à proposta de incentivar o movimento migratório da população de áreas urbanas para as áreas rurais no Brasil, deve-se observar o potencial de terras agricultáveis e irrigáveis no País, especialmente na Região Nordeste, tendo-se em vista que, embora disponha de um território imenso (45% do território brasileiro), a Região Norte vem experimentando um processo predatório de ocupação, em que os desperdícios e o ataque ao meio ambiente não compensam os possíveis retornos proporcionados. Para essa região, o processo de ocupação deveria ter como referência um programa de desenvolvimento sustentável baseado na informação e no conhecimento associados à preservação da floresta e não no atual padrão de exploração econômica, semelhante ao experimentado pelo País há séculos e caracterizado, inicialmente, pela exploração da madeira e o desmatamento da floresta nativa, ao qual se segue a introdução da atividade pecuária e, posteriormente, a implantação de culturas agrícolas e instalação de agroindústrias. Esse processo deflagra, ainda, a formação das atividades de comércio e serviços, gerando, assim, a formação de redes de cidades e grandes centros urbanos [ver Siqueira (2001)].

A região é diferente e proporciona alternativas diferentes de desenvolvimento, cabe ao País aproveitá-las. A criação do mercado mundial de carbono, estimado em US\$ 13 bilhões por ano a partir de 2007, permite, por exemplo, pensar na viabilização de milhares de projetos sustentáveis na região, que também poderiam contar com o apoio do BNDES, especialmente na implantação de um sistema de ensino e pesquisa de ponta baseado no fortalecimento das instituições de ensino superior e centros de pesquisa, na formação de *clusters* de biotecnologia e no aumento da segurança na

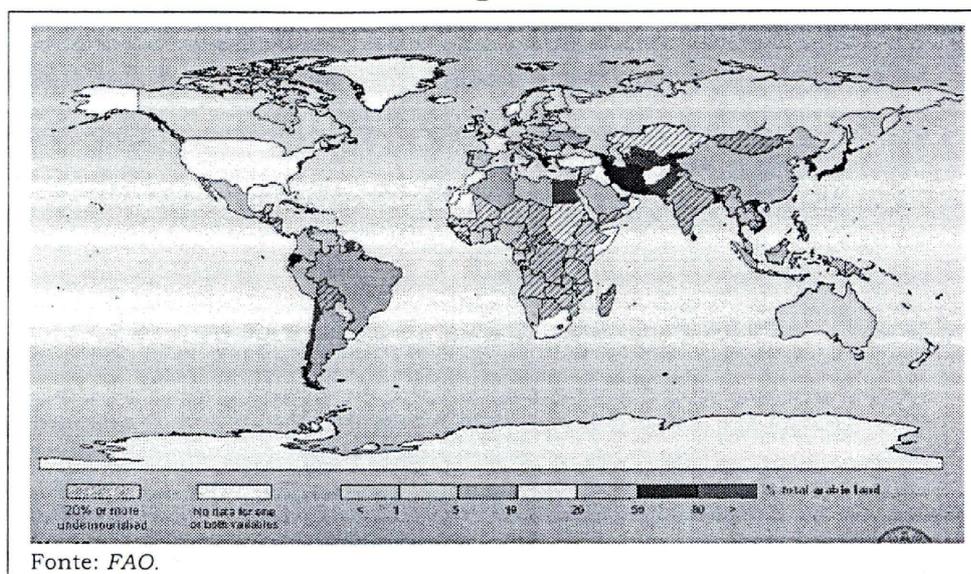
região por meio da maior presença das Forças Armadas, polícia federal e polícias estaduais. Outras áreas com potencial na região, que complementaríamos o processo de desenvolvimento sustentável, desde que atendam às condições da legislação do meio ambiente, são o manejo sustentável da floresta, reflorestamento com espécies nativas, a exploração controlada de madeira, o turismo, a pesca e piscicultura, a criação de animais silvestres, a agricultura e a agroindústria, entre outras [ver Siqueira (2001)].

Além disso, cabe mencionar a recente proposta da Unesco para transformar parte da dívida externa dos países em desenvolvimento em fonte de recursos para investimento em educação (ver O Globo e www.unesco.org). O Brasil, que possui uma dívida de US\$ 114 bilhões, caso pudesse dispor, por exemplo, de 10% dessa dívida para constituição de um Fundo para Educação, poderia utilizar tais recursos para implantar um sistema educacional de ponta nas várias regiões do País em poucos anos. Na Região Norte, essa conversão de dívida poderia ser ampliada para projetos ambientais que impedissem a continuidade do rápido processo de desmatamento em andamento.

Em termos de irrigação, a comparação internacional com o padrão brasileiro, de participação das terras irrigadas no total de terras utilizadas para produção agrícola, mostra o quanto ainda é preciso expandir o uso dessa tecnologia para o País alcançar o padrão apresentado pelos países que mais utilizam tal técnica, entre os quais estão grandes produtores agrícolas mundiais. O padrão brasileiro de terras irrigadas é semelhante ao padrão argentino, porém, fica bem abaixo dos padrões apresentados por outros grandes produtores agrícolas, a saber: na América do Sul, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e Suriname; na Europa, Portugal, Espanha e Itália; na África, Egito e Líbia; na América do Norte, Estados Unidos e México; na Ásia, China, Japão, Vietnã, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Uzbequistão, Turcomenistão, Azerbaijão, Irã, Geórgia, Armênia, Paquistão, Sri Lanka e Bangladesh (ver Mapa 2).

A despeito da área potencial irrigável brasileira, que apenas na área de influência da Bacia do São Francisco (com 69,1 milhões de ha) apresenta área potencial para irrigação de 30,3 milhões de ha, o padrão brasileiro de terras irrigadas é considerado baixo (ver www.codevasf.gov.br). Todavia, a despeito da imensa área potencial para irrigação no Vale do São Francisco, o atual programa da Codevasf considera que, de fato, só poderiam ser irrigados 800 mil ha nessa região, tendo-se em vista restrições como distâncias, elevações de terras e os usos múltiplos da água para a energia, por exemplo. Vale observar, porém, que essa área poderia ser ampliada à medida que novos projetos de geração e transmissão de energia fossem implantados, como usinas termoeletricas a gás e linhas de transmissão, compensando a transferência de parte da água para uso na irrigação. Outra forma de ampliar a área irrigada seria fazer a trans-

Mapa 2
Terras Irrigadas – 2001



posição de águas da Bacia do Tocantins para a Bacia do São Francisco, com a própria transposição do rio São Francisco, elevando, assim, significativamente, o volume de água disponível para irrigação na região.

O custo para implantação de um projeto de irrigação no Nordeste fica em US\$ 8 mil/ha, em que 80% da área pertencem a lotes familiares e os 20% restantes são de lotes empresariais. O custo cai para US\$ 6.450/ha em projetos nos quais as áreas dos lotes familiares e lotes empresariais são iguais em 50%. E chega a US\$ 4.700 mil/ha nos projetos destinados totalmente a lotes empresariais, com o custo médio alcançando US\$ 9.863/ha (ver www.codevasf.gov.br). Assim, a implantação dos 800 mil ha irrigados poderia ser estimada em US\$ 6,4 bilhões, US\$ 5,160 bilhões ou US\$ 3,760 bilhões, dependendo da distribuição das terras escolhida, entre lotes familiares e empresariais. A um câmbio de R\$ 2,72, o custo por hectare ficaria entre R\$ 21.760 e R\$ 12.784, com o custo total dos 800 mil ha girando entre R\$ 17,480 bilhões e R\$ 10,227 bilhões.

Esse investimento se justifica pela produção de alimentos e geração de emprego e renda. Como cada hectare irrigado é responsável pela geração de 2 empregos diretos, seria possível criar 1,6 milhão de empregos diretos na agricultura irrigada. Além disso, como cada emprego direto gera até 5 empregos indiretos, estaríamos falando na criação de 8 milhões de empregos na região; ou seja, 17% da população da regional de 47 milhões de habitantes. Caso seja possível ampliar a área irrigada ainda mais, acrescentando, por exemplo, 2 milhões de ha, em projetos compostos igualmente entre lotes familiares e empresariais, a um custo total de R\$ 35 bilhões, estaríamos falando em 4 milhões de empregos diretos e 20 milhões de empregos indiretos na região, quase metade da população regional. Certamente, a agricultura irrigada

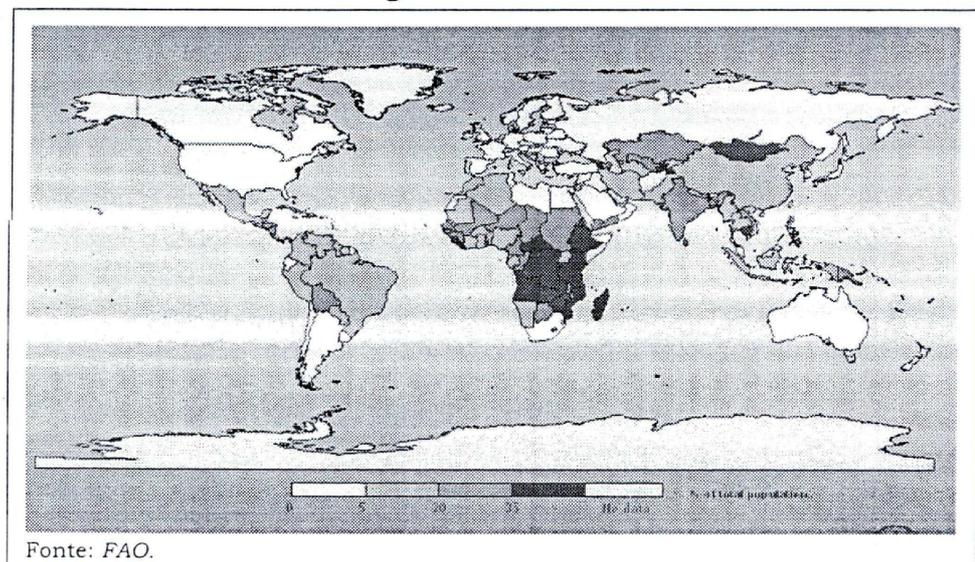
é uma solução para o desenvolvimento do Nordeste que proporciona grandes benefícios para todo o País, aumentando o emprego e a oferta de alimentos e contribuindo para acabar com a fome. Tal projeto poderia ser implantado em dez anos, com investimentos anuais de R\$ 3,5 bilhões que poderiam ter como fontes o Orçamento da União e o apoio do BNDES.

2.1 Tendências Mundiais do Consumo de Alimentos

Entre 1999 e 2001, o consumo de alimentos no mundo atingiu os patamares mais baixos nos continentes africano e asiático. Na África, as piores situações foram identificadas em países como Angola, Etiópia, Iêmen, Moçambique, Quênia, Tanzânia e Zaire; e na Ásia, os níveis mais baixos foram observados na Mongólia e no Camboja. Nesses países, o consumo de calorias abaixo do mínimo exigido atingiu mais de 35% população (ver Mapas 6 e 7).

Na América do Sul, a pior situação foi apresentada pela Bolívia, onde o consumo de calorias abaixo do mínimo atingiu entre 20% e 35% da população total. Nessa faixa de consumo também ficaram países de outros continentes, como: Cazaquistão, Uzbequistão, Índia, Sri Lanka, e Laos, Vietnã, Filipinas e Indonésia, na Ásia; e Guatemala, Honduras e Haiti, na América Central e Caribe. Uruguai, Argentina, Chile e Equador apresentaram um padrão semelhante ao dos países desenvolvidos, com a população com consumo de calorias abaixo do mínimo exigido sendo inferior a 5% da população total. O Brasil, junto com os outros países sul-americanos, ficou em uma faixa superior, na qual entre 5% e 20% da população apresentam consumo de calorias abaixo do mínimo exigido (ver Mapa 3).

Mapa 3
População que Consome Calorias abaixo do Mínimo Exigido - 1999-2001

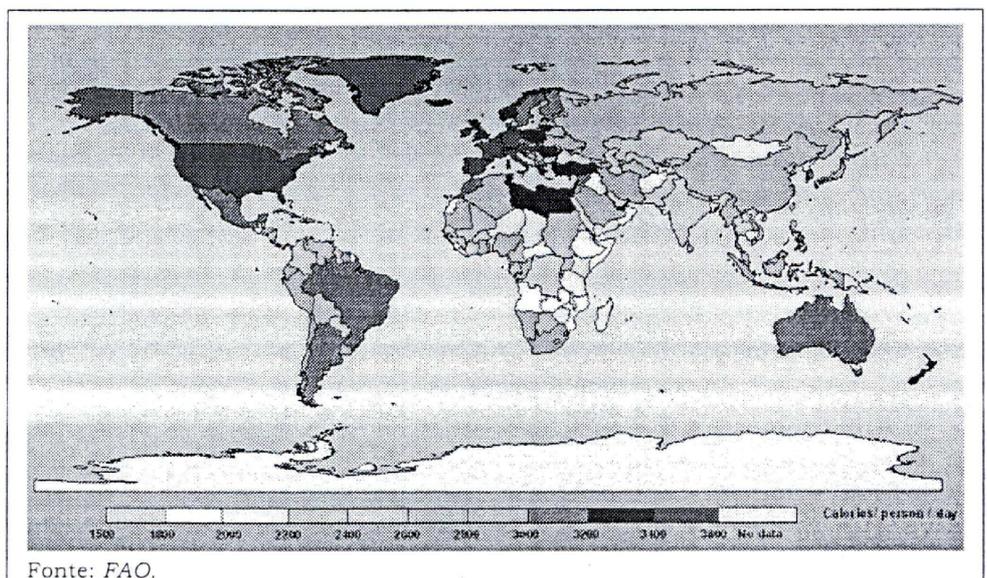


O consumo de alimentos é mais importante nos países desenvolvidos, que apresentam as maiores rendas *per capita* do mundo, como Estados Unidos e a maioria dos países da Europa continental, onde o consumo de calorias por habitante diário fica entre 3.400 e 3.800. No segundo grupo, com consumo entre 3.200 e 3.400 cal/hab/dia, encontram-se Reino Unido, Islândia, Noruega, Polônia, Lituânia e Turquia, na Europa; e, Egito, Líbia e Tunísia, na África. Os países em desenvolvimento que são grandes produtores agrícolas, como Brasil, Argentina, México e Austrália, mostram padrões de consumo acima do mínimo exigido, porém inferiores aos alcançados pelos países já citados, entre os quais incluem-se os desenvolvidos, com exceção do Canadá, que apresentou padrão semelhante ao brasileiro (ver Mapa 4).

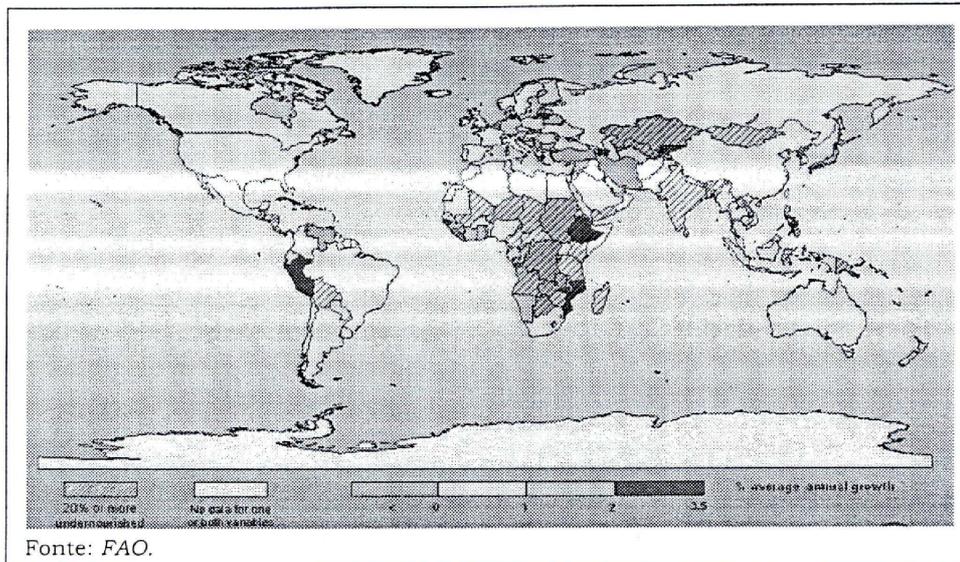
Entre 1995 e 2001, a maioria dos países apresentou incremento médio anual do consumo de alimentos entre 0% e 1%. O padrão de expansão apresentado pelo Brasil, junto com os países citados no grupo acima (Argentina, México e Austrália), igualou-se ao padrão dos países desenvolvidos. O consumo de alimentos se expandiu mais rapidamente no Peru, Lituânia e Armênia, com taxas médias de expansão entre 2% e 3,5% ao ano entre 1995 e 2001. Em seguida, ficou um segundo grupo de países com crescimentos médios entre 1% e 2% ao ano, a saber: Alemanha, Áustria, Croácia, Estônia, Finlândia e Iugoslávia, na Europa; Líbano e Turcomenistão, na Ásia; e Namíbia, Costa do Marfim e Gana, na África (ver Mapa 5).

Em relação ao padrão de consumo de cereais, o Brasil apresenta perfil semelhante ao de vários países do próprio continente sul-americano, entre 30% e 40% do total das calorias consumidas, ficando um pouco acima do padrão dos Estados Unidos, países europeus e Austrália, com padrão de 20% a 30% do

Mapa 4
Consumo de Alimentos – 1999-2001



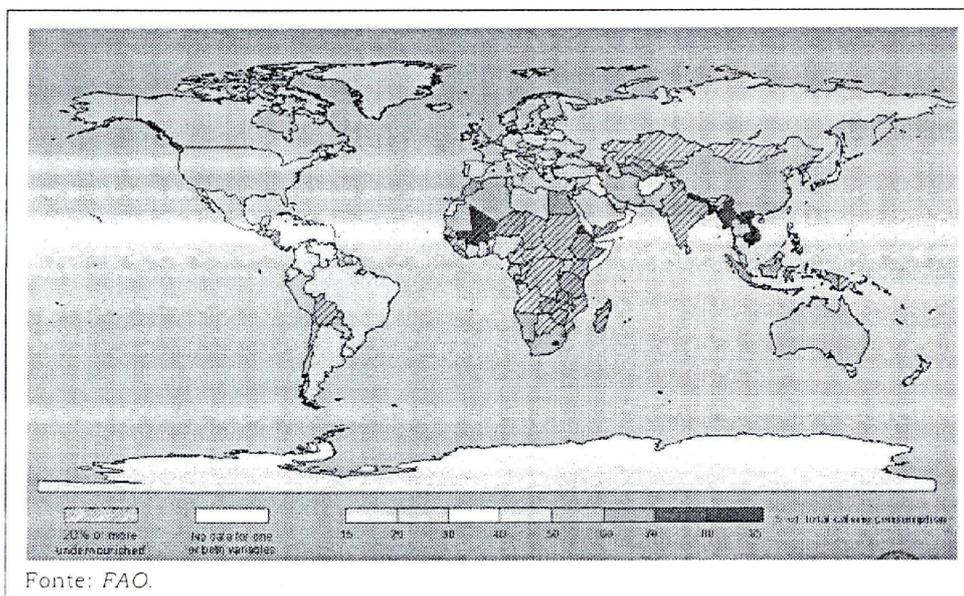
Mapa 5
Crescimento do Consumo de Alimentos – 1995-2001



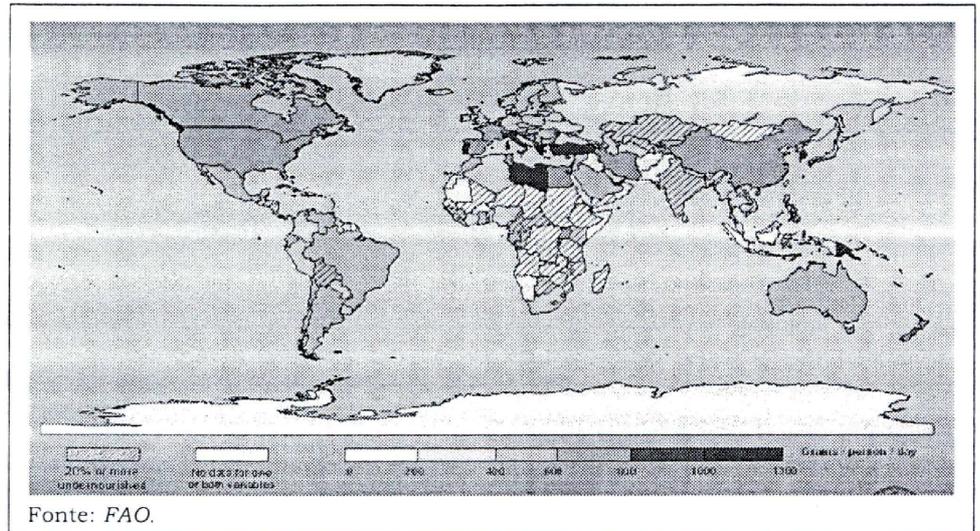
total das calorias consumidas. Na América do Sul, o padrão brasileiro é semelhante ao da Argentina, Uruguai, Colômbia e Venezuela (ver Mapa 6).

Em frutas e verduras, o consumo brasileiro *per capita*/dia, entre 400 e 600 gramas, é semelhante ao dos seguintes países: Argentina, Chile, Equador e Venezuela, na América do Sul; México, na América do Norte; Austrália, na Oceania; países da Escandinávia e do Leste europeu, na Europa; Japão, na Ásia; e alguns países do Norte da África e do Oriente Médio. Todavia, esse padrão fica bem abaixo dos níveis de consumo dos Estados Unidos, Canadá, Portugal, Espanha, Itália, França, Holanda, Bélgica, China e Líbia (ver Mapa 7).

Mapa 6
Consumo de Cereais – 1999-2001



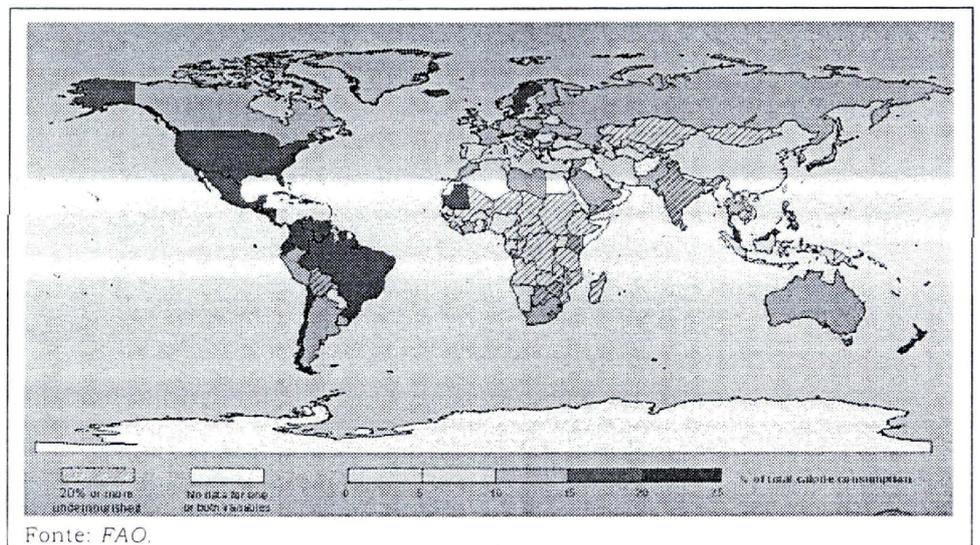
Mapa 7
Consumo de Frutas e Verduras – 1999-2001



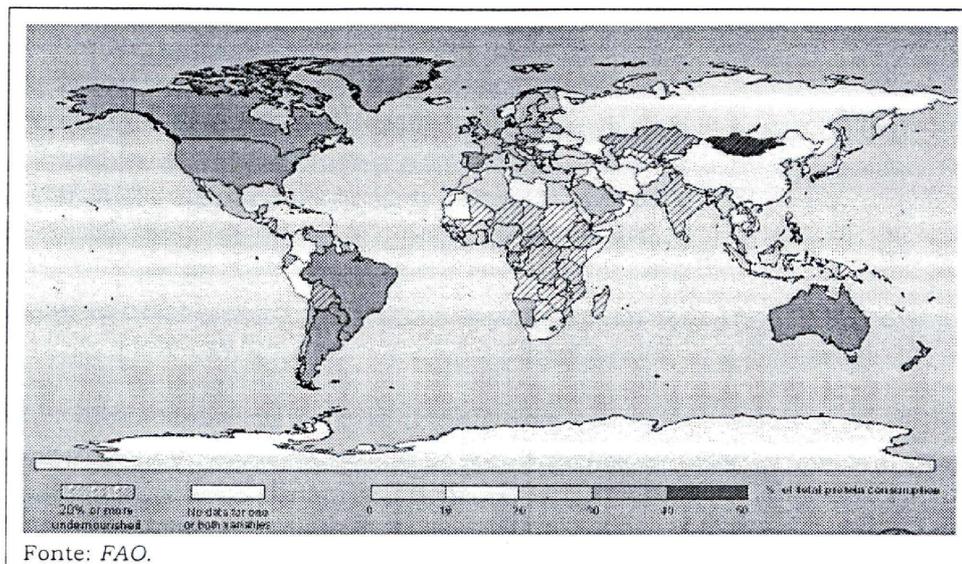
No consumo de açúcar e doces, o Brasil apresenta um dos maiores padrões de consumo do mundo, entre 15% e 20% do consumo de calorias, junto com Chile, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana, na América do Sul; México e Estados Unidos, na América do Norte; Suécia, Suíça e Hungria, na Europa; Nova Zelândia, na Oceania; e, Mauritânia, na África (ver Mapa 8).

O padrão de consumo brasileiro de carne também se posiciona entre os maiores do mundo, respondendo por 30% a 40% do total de proteínas consumidas. Esse padrão é semelhante ao apresentado pela Argentina, Uruguai e Paraguai, na América do Sul; Estados Unidos e Canadá, na América do Norte; Austrália e Nova Zelândia, na Oceania; e Áustria, Croácia, Dinamarca e Espanha, na Europa. Um aspecto em comum entre esses países é que eles contam com grandes rebanhos, estando alguns entre os maiores produtores de carne do mundo (ver Mapa 9).

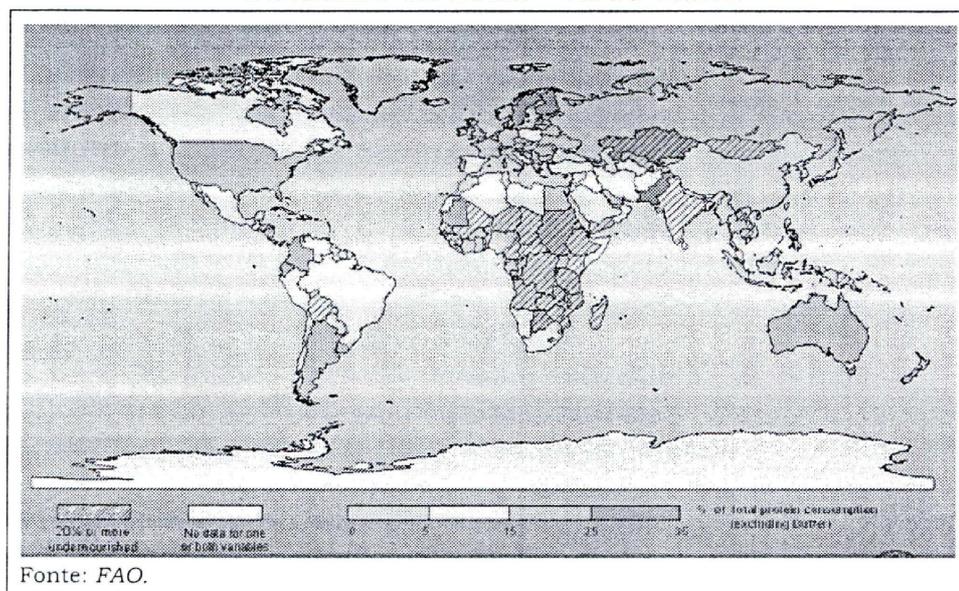
Mapa 8
Consumo de Açúcar e Doces – 1999-2001



Mapa 9
Consumo de Carne – 1999-2001



Mapa 10
Consumo de Leite – 1999-2001



Por fim, a despeito do grande rebanho leiteiro do País, o padrão brasileiro de consumo de leite, entre 5% a 15% do total de proteínas consumidas, fica abaixo dos níveis de consumo dos principais países desenvolvidos e de alguns países sul-americanos, como Argentina, Colômbia, Equador e Uruguai (ver Mapa 10).

2.2 O Consumo de Alimentos no Brasil: 2002-2003

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 do IBGE identificou que, no universo de 95,5 milhões de habitantes com idade de 20 anos ou mais, 4% das pessoas (3,8 milhões de

habitantes) apresentavam déficit de peso, enquanto 40,6% das pessoas (38,8 milhões de habitantes) revelavam excesso de peso, sendo 10,99% obesos. Ao contrário da idéia que até então era defendida no País, a parcela da população sujeita à obesidade (10,5 milhões de habitantes) é superior à parcela da população que apresenta déficit alimentar (3,8 milhões de habitantes). Ou seja, os problemas decorrentes da abundância de alimentos (o excesso de peso e a obesidade) já atingem uma população dez vezes maior do que a parcela da população que apresenta déficit alimentar e está sujeita à fome no País. O excesso de peso prevalece nos vários subgrupos da população brasileira, seja nas classificações por renda, faixa etária, sexo, cor ou região.

A população adulta brasileira não está exposta aos riscos de desnutrição, com a taxa de 4% sendo compatível com os padrões internacionais de indivíduos constitucionalmente magros. Apenas quando tais déficits superam 5% é que se considera que a população está exposta ao risco de desnutrição. A pesquisa mostrou que o déficit de peso é igual ou superior a 5% para homens com mais de 74 anos de idade (8,9%) e mulheres com idade entre 20 e 24 anos (12,2%) e 25 e 29 anos (7,3%).

A exposição da população adulta ao déficit de peso é considerada baixa em todas regiões, com o déficit de peso dos homens atingindo o máximo de 3,5% no Nordeste e o mínimo de 2% no Sul. Entre as mulheres a situação é um pouco pior, com o déficit de peso superando os 5% de constitucionalmente magros no Nordeste e Centro-Oeste e atingindo 6,2%, com destaque para as áreas rurais onde o déficit de peso alcançou 7,2% e 6,2%.

Em 2003, o excesso de peso afetava 41,1% dos homens e 40% das mulheres e a obesidade afetava 20% dos homens e 33% das mulheres adultas do País. O excesso de peso aumenta com a idade, mais rapidamente para os homens do que para mulheres. Nas faixas de rendimentos mais elevados, mais de 50% dos homens tinham excesso de peso. Todavia, a partir dos 55 anos para os homens e 65 anos para as mulheres, a tendência se inverte e o excesso de peso declina. O excesso de peso é mais freqüente nos homens entre 20 e 44 anos. Entre os homens, o excesso de peso atinge o mínimo de 32,9% no Nordeste e o máximo de 46,2% no Sul. Nas áreas urbanas e rurais esses percentuais atingem, respectivamente, 37,8% e 47,7% e 21% e 40%. Entre as mulheres, o excesso de peso atinge o mínimo de 35% no Norte e o máximo de 43,4% no Sul. Nas áreas urbanas e rurais, esses percentuais atingem, respectivamente, 34,8% e 42,4% e 35,7% e 49,2%.

Em relação à renda das pessoas, o déficit de peso entre homens e mulheres diminui à medida que a renda aumenta. Ou seja, o problema de déficit de peso tende a se concentrar nas pessoas com menores rendimentos.

2.2.1 Tendência em Trinta Anos: 1974-2003

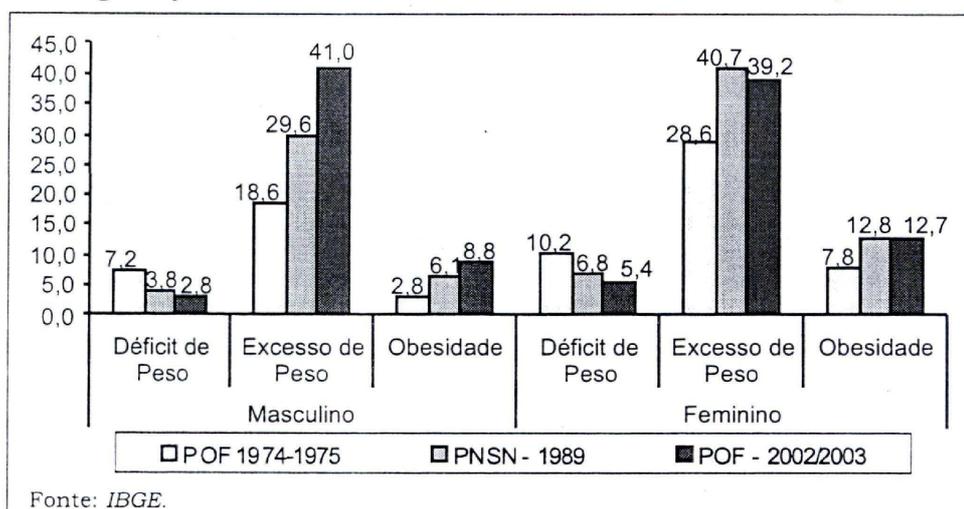
A tendência do déficit de peso nos trinta anos de pesquisa foi declinante enquanto o excesso de peso e a obesidade experimentaram tendência de alta. Na população masculina, o déficit caiu de 7,2% para 2,8%, enquanto o excesso de peso saltou de 18,6% para 41% e a obesidade subiu de 2,8% para 8,8%. Entre as mulheres, embora a tendência também tenham sido de alta entre 1974 e 2003, verificaram-se pequenos declínios do excesso de peso e da obesidade entre os resultados dos anos 1980 e 2003 de, respectivamente, 40,7% para 39,2% e de 12,8% para 12,7% (ver Gráfico 9).

Entre as mulheres, o déficit de peso em 1974 era mais concentrado nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Já na POF 2000-2003, o déficit ficou em patamar bastante baixo nessas três regiões e no Sudeste, com tal resultado mostrando a baixa exposição da população feminina à desnutrição. Por outro lado, o excesso de peso na população feminina cresceu em todas as regiões entre 1974 e 1989. No período seguinte, entre 1989 e 2003, a tendência foi de estabilização ou declínio em quase todas as regiões, verificando-se alto crescimento apenas no Nordeste.

Na população masculina, a obesidade atingiu uma parcela muito pequena dos homens em 1974, com a taxa de incidência sendo metade da apresentada pelas mulheres. Em 2003, porém, essa parcela saltou para 8,8% da população masculina e se aproximou do percentual apresentado pelas mulheres de 12,7%. Nesse período, a parcela dos homens com excesso de peso duplicou e a de obesos triplicou (ver Gráfico 9).

A renda foi um fator determinante nessa trajetória do consumo domiciliar de alimentos para a população masculina en-

Gráfico 9
Brasil. Prevalência de Déficit de Peso e Obesidade na População com 20 anos ou Mais de Idade - 1974/2003



quanto, entre as mulheres, não se verificou uma relação muito forte entre as duas variáveis, com o excesso de peso sendo maior entre as faixas intermediárias de renda.

A pesquisa de 2003 identificou uma disponibilidade média de 1.811,18 kcal/pessoa/dia no País. Na área rural, ela atingiu 2.400 kcal/pessoa/dia enquanto na área urbana o consumo alimentar chegou a 1.700 kcal/pessoa/dia, portanto, abaixo da recomendação da FAO de 2.300 kcal/pessoa/dia. O baixo consumo alimentar no meio urbano foi justificado como decorrente das refeições fora de casa, como o almoço em restaurantes próximos ao local de trabalho, e o fato de as necessidades calóricas das pessoas do meio urbano serem inferiores àquelas das áreas rurais.

A composição do consumo calórico por pessoa foi considerada adequada para os padrões exigidos pela OMS, com a ressalva para a baixa participação das frutas e verduras e o excesso de açúcares na alimentação das famílias, a saber: 50% de origem vegetal (cereais, leguminosas e raízes e tubérculos); 28% de alimentos essencialmente calóricos (óleos e gorduras vegetais, gordura animal, açúcar e refrigerantes e bebidas alcoólicas); 18% de origem animal (carnes, leite e derivados e ovos); 2,3% de frutas e verduras, apenas 1/3 do total recomendado; 1,7% de refeições prontas e misturas industrializadas; 0,6% de condimentos e 0,2% de oleaginosas.

A composição da disponibilidade alimentar domiciliar por macronutrientes também foi considerada adequada: 59,6% de carboidratos, 12,8% de proteínas e 27,6% de lipídios. Todavia, foi feita a observação para a excessiva participação de sacarose dos carboidratos (13,7%), portanto, acima do máximo recomendado de 10%. A proteína de origem animal, de maior valor biológico, representou 50% do consumo de proteínas.

Os resultados da pesquisa mostraram que os diferentes níveis de renda foram determinantes para a aquisição dos alimentos no País. O consumo dos seguintes alimentos aumentou com a classe de renda: carnes, leite e derivados, frutas, verduras e legumes, bebidas alcoólicas, condimentos e refeições prontas. Já o consumo de feijões e raízes e tubérculos diminuíram com o aumento das faixas de renda. Outros exemplos foram o consumo de arroz, que caiu com o aumento da renda, e o consumo de pães e biscoitos, que aumentou com a elevação da renda. O consumo de açúcar foi mais intenso nas faixas de renda inferiores, de até um salário-mínimo, e o consumo de refrigerantes é mais intenso nas faixas de renda mais elevadas.

Nos últimos trinta anos, a tendência foi de aumento do consumo de gorduras e proteínas e declínio de carboidratos. Os grupos de renda mais alta apresentaram um consumo mais elevado de gorduras e mais baixo de carboidratos, com as famílias de rendas superiores a cinco salários apresentando consumo mais baixos de carboidratos, inferiores, até, ao percentual recomenda-

do pela OMS. Em relação ao consumo de gorduras, o limite máximo de 30% das calorias totais foi superado pelas classes de renda acima de dois salários-mínimos. O consumo de açúcar também ultrapassou o máximo estabelecido de 10% em todas as faixas de renda, alcançando participação máxima de 15% nas faixas intermediárias de renda.

2.2.2 Consumo de Alimentos segundo as Grandes Regiões Brasileiras

A influência dos hábitos alimentares regionais foi bem registrada em vários casos, a saber: o consumo de cocos, castanhas e nozes, foi mais importante na Região Norte em função do consumo do açaí, de quase 17 kg contra menos de 0,6 kg no restante do País; o consumo de farinhas, féculas e massas, foi maior nas Regiões Norte (44 kg) e Nordeste (31 kg) em virtude do elevado consumo de farinha de mandioca e na Região Sul (28 kg) pelo consumo de farinha de trigo (18kg); o consumo de leite pasteurizado foi mais comum no Sul e Sudeste e o leite de vaca fresco foi mais consumido no Norte e Nordeste; e, o consumo de alimentos preparados foi mais importante nas Regiões Sul (4 kg) e Sudeste (3 kg), enquanto nas regiões menos desenvolvidas o consumo foi inferior à metade do consumo da região líder.

Por outro lado, o grupo de panificados apresentou um padrão de consumo mais próximo entre as diferentes regiões do País. No Sudeste, alcançou o máximo de 22kg, seguido pelo Sul, com 21 kg, e Nordeste, 20 kg, igual à média nacional. Os menores consumos foram apresentados pelas Regiões Norte (16 kg) e Centro-Oeste (14 kg).

O consumo *per capita*/ano de cereais e leguminosas foi mais importante no Centro-Oeste (57 kg) e Nordeste (52 kg). No Sudeste, o consumo foi de 48 kg, igual à média nacional, no Norte alcançou 46 kg e no Sul atingiu o menor consumo 39 kg.

No grupo das hortaliças, o consumo médio foi de 29 kg/ano, com a Região Sul alcançando o máximo de 39 kg e o Norte apresentando o menor consumo de 20 kg. O Sudeste apresentou consumo de 32 kg, um pouco acima da média nacional, e o Centro-Oeste (23 kg) e o Nordeste (22 kg) também apresentaram consumos abaixo da média.

No consumo de frutas, a Região Sul também liderou com consumo de 31 kg/ano, enquanto os menores consumos foram alcançados pelo Centro-Oeste e Nordeste com, respectivamente, 17 kg e 18 kg.

O consumo de carnes também foi liderado pela Região Sul, com 35 kg/ano. Todavia, quando se observa a desagregação dos dados observa-se que a Região Norte foi a maior consu-

midora de carne bovina de primeira e de segunda (8,5 kg e 10,4 kg), seguida pelo Sul (6,2 kg e 9,9 kg). Em pescados, o Norte também liderou apresentando consumo de 25 kg, seguido pelo Nordeste com 5 kg, que atingiu a média nacional, enquanto as outras regiões apresentaram consumo abaixo da média do País, tendo o Sudeste consumido 2,3 kg, o Sul, 1,8 kg e o Centro-Oeste, 1,4 kg.

No grupo de laticínios, o Sul liderou com consumo de 71 kg, seguido pelo Sudeste com 60 kg e o Centro-Oeste com 57 kg. O Nordeste e o Norte apresentaram consumos bem abaixo da média nacional (50 kg) de, respectivamente, 29 kg e 24 kg.

Por fim, o consumo de açúcares, doces e produtos de confeitaria; de sais e condimentos e de óleos e gorduras foram mais homogêneos nas diferentes regiões do País, enquanto as aquisições de bebidas e infusões apresentaram diferenças marcantes em termos regionais. Este último grupo apresentou maior consumo na Região Sudeste (55 kg), seguido pelo Sul (53 kg). No Nordeste e Centro-Oeste, o consumo alcançou 35 kg e no Norte, 25 kg, portanto, bem abaixo da média nacional de 45 kg. Valendo destacar que o consumo médio de bebidas alcoólicas alcançou 6 kg, enquanto o consumo de bebidas não-alcoólicas chegou a 36 kg, e foi mais importante na Região Sul, onde o consumo médio alcançou 9 kg, e menos importante no Norte e Nordeste, onde o consumo chegou a 2 kg.

3. A Importância do Esporte para a Saúde

Thompson (2004) no livro *O exercício e a cardiologia do esporte* apresenta, de forma didática, as relações existentes entre o movimento do corpo, a captação de oxigênio e a produção de energia, deixando evidente a importância das atividades físicas e dos esportes para a manutenção da boa saúde. Ele orienta a realização de atividades esportivas como medida preventiva para problemas cardíacos, chamando a atenção da sua importância para prescrever e controlar tratamentos de longo prazo. Além disso, dedica atenção também aos efeitos das atividades esportivas sobre doenças como diabetes, hipertensão, doença arterial periférica e do tecido conjuntivo. E chama atenção para o fato de que embora as taxas de mortalidade por cardiopatias tenham caído fortemente nos Estados Unidos, no último quarto do século XX, elas ainda se mantinham em patamar bastante elevado durante a década de 1990, tanto nos Estados Unidos quanto nos países ocidentais, onde representava 20,41% dos óbitos em 1996 e posicionava-se como a principal causa de mortalidade.

Entre os principais fatores de risco relacionados a cardiopatias coronarianas, que aumenta com a idade, estão o taba-

gismo, a hipertensão, a dislipidemia, a obesidade, a diabetes e a inatividade física. Thompson mostra que o reconhecimento da importância da atividade física para a saúde é muito antigo, citando que os primeiros registros de exercícios para promoção da saúde foram feitos por Huo To na China a 2.500 a. C. e que Hipócrates, Platão e Galeano, na Grécia Antiga, defendiam a importância da atividade física na manutenção do bem-estar e no tratamento de doenças. No século XVIII, ele cita que Ramazzini na Itália chamou a atenção para o fato de que os estafetas (corredores) apresentavam melhores condições de saúde do que os trabalhadores sedentários, como alfaiates e sapateiros. Ele apresenta também os resultados de várias pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Europa que relacionam a inatividade física como fator de risco para cardiopatias coronarianas, como a realizada por Powell *et al*, em 1987, que fez uma avaliação de todos os artigos escritos em língua inglesa sobre o assunto até aquele momento e concluíram pela relação inversa entre atividade física e risco de cardiopatia coronariana. Outro estudo apresentado é o de Berlin e Colditz (1990), que mostraram que as pessoas sedentárias tinham risco duas vezes maior de desenvolver ou falecer por complicações cardíacas do que as pessoas ativas. Os outros estudos apresentados que chegaram a conclusões semelhantes foram os seguintes: Estudo de Funcionários Públicos Britânicos, Estudo de Saúde de Ex-Alunos de Harvard, Estudo de Alameda County-Califórnia, Estudo de Intervenção em Múltiplos Fatores de Risco, Estudo Cardiológico Regional Britânico, Estudo de Saúde de Mulheres de Iowa e Estudo Finlandês do Coorte de Gêmeos.

No Brasil, a situação não é diferente, com os problemas cardíacos sendo a principal causa de mortalidade. Embora com tendência declinante nas últimas décadas, essa causa ainda se mantém na primeira posição e em patamar bastante elevado, atingindo 27,22% em 2002. Entre as principais causas de óbitos no País estão as doenças que podem ser decorrentes do sobrepeso e da obesidade. Apenas cinco dessas causas de óbitos, por exemplo, responderam por 60% da mortalidade no País em 2002: doenças do aparelho circulatório (27,22%), neoplasias (tumores) (13,22%), doenças do aparelho respiratório (9,64%), doenças endócrinas nutricionais e metabólicas (5,01%), doenças do aparelho digestivo (4,66%) e doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo (0,29%) (ver Tabela 1).

As doenças do aparelho circulatório, entre elas infarto agudo do miocárdio e as doenças hipertensivas, atingiram percentuais bem mais elevados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste onde alcançaram, respectivamente, 31,52%, 29,40% e 28,23%. Nas Regiões Norte e Nordeste, esta causa manteve-se na primeira posição, porém, com percentuais bem mais baixos, de 18,45% e 21,95%. Tais resultados mostram uma forte correlação com a prevalência de peso e obesidade e com o perfil das dietas alimentares regionais apresentados pela POF 2002-2003, em que as

Tabela 1
Brasil – Mortalidade: Óbitos por Região – 2002
(Em %)

Causas	Região					Brasil
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Doenças do aparelho circulatório	18,45	21,95	29,40	31,52	28,23	27,22
Sint. sinais e achad. anorm ex clín. e laborat.	21,60	26,77	9,15	6,32	6,59	13,65
Neoplasias (tumores)	9,75	8,79	14,51	17,69	12,86	13,22
Causas externas de morbidade e mortalidade	15,47	11,64	13,16	11,52	17,29	12,88
Doenças do aparelho respiratório	7,74	7,07	10,82	10,91	9,40	9,64
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4,19	5,30	4,97	4,95	4,95	5,01
Doenças do aparelho digestivo	4,07	4,00	4,96	4,97	4,77	4,66
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5,90	4,71	4,53	3,83	5,55	4,60
Algumas afec. originadas no período perinatal	7,01	4,79	2,50	2,37	3,87	3,37
Doenças do aparelho geniturinário	1,42	1,20	1,79	1,42	1,46	1,54
Doenças do sistema nervoso	0,91	0,89	1,45	1,61	1,44	1,31
Mal. cong. deformid. e anomalias cromossômicas	1,58	0,99	0,85	1,06	1,47	0,99
Transtornos mentais e comportamentais	0,34	0,59	0,77	0,76	1,00	0,71
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	0,69	0,65	0,50	0,41	0,43	0,53
Doenças sist. osteomuscular e tec. conjuntivo	0,32	0,25	0,30	0,34	0,28	0,29
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,23	0,18	0,22	0,15	0,15	0,20
Gravidez, parto e puerpério	0,32	0,23	0,11	0,15	0,24	0,17
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Doenças do olho e anexos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: www.saude.gov.br

três primeiras regiões também apresentaram consumos elevados de alimentos normalmente relacionados ao sobrepeso e à obesidade e aos problemas circulatórios, como a carne, laticínios e açúcares e doces. Além disso, deve-se ter atenção com fatores como a qualidade de vida, o sedentarismo e o estresse, mais evidentes nos grandes centros urbanos do País.

Além disso, o nível de atividade física da população nas maiores capitais brasileiras ainda é considerado insuficiente, com os sedentários e os praticantes ocasionais atingindo mais de 40% da população em cinco capitais (Florianópolis, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Curitiba) e ficando entre 30% e 40% em oito capitais (Porto Alegre, Natal, Vitória, Aracaju, Campo Grande, São Paulo, Manaus e Belo Horizonte), incluindo o Distrito Federal. Mesmo em Belém, que apresentou o menor percentual, esse grupo atingiu 28,20% da população (ver Tabela 2).

Os dados agregados para o Brasil mostram que os sedentários representam 11% da população, os praticantes ocasionais são 26%, os atletas regulares chegam a 51% da população e os atletas muito ativos representam 12%; ou seja, 37% da população são classificados no grupo de insuficientes em relação à atividade física, e a parcela que apresenta atividade esportiva suficiente alcança 63%. Apesar de o grupo com suficiência já alcançar 63% da população, ainda é preciso reduzir a parcela dos in-

Tabela 2
Brasil – Nível de Atividade Física da População em Capitais Seleccionadas – 2002-2003 (%)

<i>Cidade/UF</i>	<i>Amostra (Nº de pessoas)</i>	<i>Sedentário</i>	<i>Insuficiente Ativo: Ocasional</i>	<i>Ativo Regular</i>	<i>Muito Ativo</i>	<i>Insuficiente</i>	<i>Suficiente</i>
Belém/PA	858	8,20	20,00	62,70	9,10	28,20	71,80
Porto Alegre/RS	777	8,10	22,30	54,30	15,30	30,40	69,60
Natal/RN	742	9,70	21,60	51,50	17,30	31,30	68,80
Vitória/ES	723	7,30	24,90	53,80	14,00	32,20	67,80
Aracaju/SE	804	8,50	25,10	54,50	11,90	33,60	66,40
Campo Grande/MS	663	10,90	23,20	48,60	17,40	34,10	66,00
Distrito Federal	1.256	9,00	26,30	48,40	16,30	35,30	64,70
São Paulo/SP	1.151	11,00	24,40	50,90	13,70	35,40	64,60
Manaus/AM	1.091	12,20	25,60	49,50	12,70	37,80	62,20
Belo Horizonte/MG	1.325	11,90	27,40	52,40	8,30	39,30	60,70
Curitiba/PR	1.366	10,40	29,70	48,00	11,90	40,10	59,90
Recife/PE	931	11,40	29,40	47,50	11,70	40,80	59,20
Fortaleza/CE	1.380	16,20	25,80	47,00	10,90	42,00	57,90
Rio de Janeiro/RJ	1.499	15,50	28,20	45,80	10,50	43,70	56,30
Florianópolis/SC	775	11,00	33,40	43,40	12,30	44,40	55,70

Fonte: *Levantamento do Instituto Nacional do Câncer (Inca) in Atlas dos esportes, 2004.*

suficientes ao mínimo possível, trata-se de 68 milhões de brasileiros que precisam praticar regularmente uma atividade esportiva por uma questão de saúde.

3.1 Impactos dos Gastos com Auxílio-Doença na Previdência Social

O crescimento acelerado dos benefícios concedidos pela Previdência Social, a partir de meados dos anos 1990, teve um peso importante na situação crônica de déficits. Mesmo realizando mudanças institucionais, como a ampliação da idade mínima para aposentadoria e a criação da cobrança dos inativos, o Ministério ainda não encontrou uma solução definitiva para acabar com os contínuos déficits. As mudanças realizadas até agora, para aumentar as receitas e reduzir as despesas, não têm sido suficientes para criar expectativas otimistas quanto à situação da Previdência Social pelo menos no curto e médio prazo.

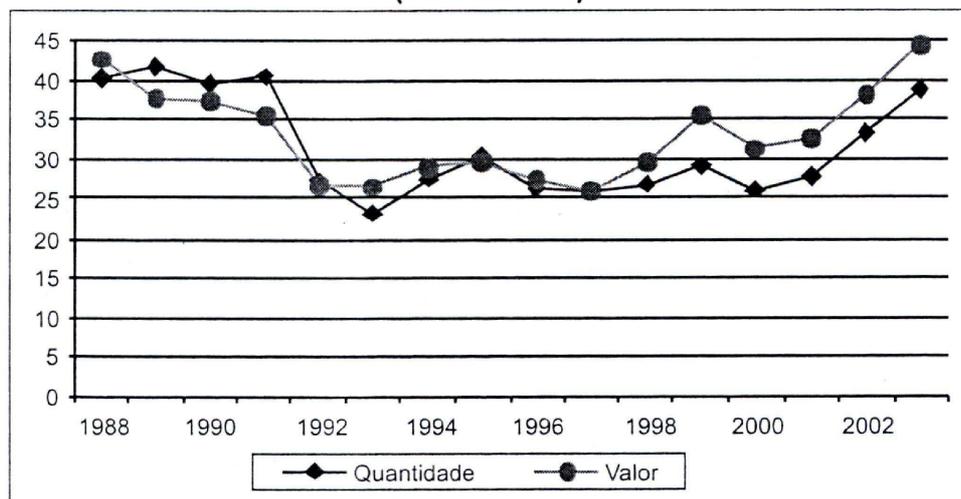
Assim, a implantação de políticas que contribuíssem para melhoria da saúde e da qualidade de vida geral da população proporcionaria um impacto positivo sobre as despesas da Previdência, reduzindo os benefícios concedidos como auxílio-doença, que alcançou 45% dos benefícios totais em 2003 e apresenta forte concentração nas áreas urbanas, com 93% desse benefício nesse mesmo ano. Os benefícios concedidos com auxílio-doença passaram por três fases principais, a saber: a primeira durou cinco anos, entre 1983 e 1987, a participação de tais benefícios

subiu de 33% para 45%; a segunda fase foi a mais longa, durando dez anos, entre 1988 e 1997, a tendência foi de declínio, com a participação atingindo o mínimo de 25% em 1997; e a terceira se estendeu por seis anos, entre 1998 e 2003, foi caracterizada pela tendência de alta, com a participação máxima atingindo 45% em 2003. Nessa última fase, o ritmo de crescimento foi acelerado, com o incremento médio alcançando 9% ao ano, portanto, bem acima da média de vinte anos de 2,20%, entre 1983 e 2003 (ver Gráfico 10).

Se as despesas com auxílio-doença estão se acelerando e prejudicando o equilíbrio geral das contas da Previdência, algumas ações precisam ser tomadas. A redução do auxílio-doença dos 45% de 2003 para, por exemplo, algo como 25% dos benefícios, representaria uma contribuição positiva para o equilíbrio das contas do Ministério da Previdência Social. Para isso, o governo federal poderia avaliar sua estratégia para melhorar a qualidade de vida da população, tratando as atividades esportivas regulares como aliadas no objetivo de reduzir os gastos nas áreas de saúde e Previdência Social. Tais ações deveriam começar pelas grandes cidades, que concentram a maior parte da população, devendo, porém, ser expandidas para os demais municípios do País.

Tal estratégia deveria ser baseada em um conjunto de ações que contemplassem áreas como meio ambiente, saneamento básico, acesso a uma dieta saudável, exposição a produtos que não representem risco à saúde humana e especialmente a prática de atividades físicas regulares, como ginástica e outras modalidades esportivas. À medida que a estratégia adotada proporcione a melhoria da dieta da população, pela ingestão de maiores quantidades de frutas e verduras e menores quantidades de produtos causadores da obesidade, aumentem as advertências quanto aos riscos para saúde decorrentes do tabagismo e do consumo de

Gráfico 10
Previdência Social: Evolução da Participação do
Auxílio-Doença nos Benefícios Concedidos - 1988/2003
(Percentual)



bebidas alcoólicas e leve as pessoas a praticarem educação física diariamente, estará contribuindo para a redução de uma série de doenças, que, no limite, provocam faltas ao trabalho, reduzem a produtividade e aumentam a demanda por auxílios da Previdência Social para tratamento ou invalidez parcial ou total. A implantação de um plano dessa natureza contribuiria decisivamente para a melhoria da condição física da população, reduzindo a incidência de doenças e, portanto, das despesas com benefícios concedidos, contribuindo, assim, para solucionar o problema previdenciário no País. Os benefícios de tal plano se estenderiam por toda a economia, sendo sentidos também na Previdência do Setor Público e nos Planos de Saúde Privados. Desse modo, tais instituições poderiam conceder descontos nas mensalidades para os beneficiários que comprovassem estar realizando atividades físicas regulares, realizassem exames periódicos anuais e se mantivessem na faixa de segurança do IMC.

4. A Importância dos Esportes para o Desenvolvimento Econômico e Social

Em geral, a formação de capital humano de um país é relacionada à formação educacional da população, considerando-se a situação dos vários níveis de ensino (fundamental, médio e superior), a formação técnica, a graduação, a pós-graduação, o grau de escolaridade e a taxa de alfabetização, entre outros indicadores. Todavia, esse tratamento dos recursos humanos é incompleto, sendo preciso também considerar o tempo que essa população poderá permanecer em atividade, gerando um fluxo de rendimentos para si, bem como aumentando a renda social do país. É bastante comum que pessoas com boa formação se posicionem na faixa de risco de contrair doenças, que podem comprometer a produtividade e inabilitar para o trabalho por invalidez parcial ou total e, portanto, reduzir o tempo da geração de renda pessoal e social. Dessa forma, torna-se imprescindível o estabelecimento de condutas que contribuam para o bom estado de saúde das pessoas ao longo da vida, tal como a prática de atividades esportivas regulares.

Qual o valor econômico das atividades esportivas para o desenvolvimento econômico? A prática de uma atividade física regularmente contribui para a melhoria da saúde, da produtividade e da longevidade e, portanto, para ampliação do prazo de geração dos fluxos de rendimentos da população. Desse modo, poderíamos construir uma função para expressar o valor da atividade física regular baseada nas rendas adicionais decorrentes da redução das doenças, do aumento da produtividade e do aumento da longevidade. Ou seja, o valor da atividade física poderia ser medido pelo que foi adicionado à renda, à produtividade e aos anos de vida.

Assim, a manutenção da boa condição física dos indivíduos de uma população deveria receber maior atenção dos *policymakers* ao proporem planos de ações estratégicas para o desenvolvimento do país. Tais planos deveriam atribuir mais importância à área dos esportes, levando em conta a necessidade da realização de investimentos na formação de professores, infraestrutura esportiva, instituições de ensino (escolas e instituições de ensino superior) e centros poliesportivos em todos os municípios, entre outras iniciativas. No caso do ensino público, por exemplo, carente em vários aspectos, é evidente a ausência de áreas próprias para prática da educação física (como quadras, piscinas e demais instalações esportivas), em grande parte dos estabelecimentos de ensino.

A importância dos esportes para a vida das pessoas pode ser constatada por sua universalidade, observando-se a prática de atividades físicas ao longo da história das civilizações nos seis continentes. Por exemplo, entre os exercícios milenares podemos citar: judô, karatê, kung fu e tai chi chuan, na China; a ioga, na Índia; os esportes na Grécia Antiga e os Jogos Olímpicos realizados de 776 a.C. a 394 d.C.

No Brasil, por exemplo, as atividades esportivas foram registradas na própria Carta de Caminha, quando retratou que os indígenas praticavam a pesca, a natação, a caça, a canoagem, as touradas e a equitação. O Padre Antônio Vieira (1608-1697) mencionou a realização de corridas entre embarcações, tripuladas por colonos e indígenas na costa brasileira, no século XVII. E o primeiro registro de uma competição no País data do período colonial, quando foi realizada uma competição eqüestre em Recife, em 1641, entre portugueses, holandeses e brasileiros, que contou com a participação do Príncipe Maurício de Nassau na liderança da equipe holandesa e foi vencida pelo português Henrique Pereira [ver *Atlas dos esportes* (2004)].

Na atualidade, a importância alcançada pelas atividades esportivas em todo o mundo pode ser relacionada diretamente ao retorno dos Jogos Olímpicos, no final do século XIX, e todo o movimento esportivo deflagrado por esse grande evento. O Barão Pierre de Coubertin propôs a realização dos Jogos Olímpicos da Era Moderna pela primeira vez em 1892, em conferência realizada na Universidade Sorbonne em Paris, quando apresentou o estudo "Os Exercícios Físicos no Mundo Moderno". Entretanto, essa idéia só foi aprovada em 1894, durante o Congresso de Educação e Pedagogia em Paris, quando foi proposta também a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI) e a realização dos Jogos Olímpicos a cada quatro anos, em 23.06.1894, data na qual passou a ser celebrado o Dia Olímpico em todo o mundo a partir de 1948. Assim, dois anos depois, em 1896, foram realizados os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna no estádio Palatinikus, na cidade de Atenas, com a participação de 14 países e 200 atletas [ver www.cob.org, *Atlas dos esportes* (2004) e Tabela 3].

Tabela 3
Orçamentos dos Jogos Olímpicos 2000-2008 e Copa 2002

<i>Evento</i>	<i>Orçamentos</i>	<i>US\$ Bilhões</i>	<i>US\$ por Ano (Período de 4 anos)</i>
Sidney 2000	final	5,90	1,48
Atenas 2004	inicial	1,70	0,43
Atenas 2004	final	12,00	3,00
Pequim 2008	inicial	14,20	3,55
Copa da Coreia-Japão 2002	final	7,20	1,80

Fonte: *Atlas dos esportes*, 2004.

Em termos de geração de riquezas, estima-se que as atividades esportivas movimentem US\$ 60 bilhões por ano em todo o mundo, decorrentes da publicidade, da prática da atividade física, da venda de materiais esportivos e das competições de diversas modalidades (ver O Estado de São Paulo e O Globo).

No Brasil, a indústria dos esportes teve o PIB estimado em 1,7% do PIB total em 1996, com uma taxa de crescimento de 12,34% entre 1996 e 2000, portanto, bem superior ao incremento médio de 2,25% alcançado pelo País no mesmo período. Em 2002, a receita com as vendas de produtos esportivos no Brasil alcançaram R\$ 42 bilhões, com forte concentração no futebol (30%). Nesse mesmo ano, o setor contava com 5.500 lojas especializadas, com as vendas distribuídas da seguinte forma: 50% de calçados, 20% de bolsas, 18% de confecções e 12% de acessórios [ver Bitencourt (2004)].

Uma outra forma de ver a dimensão econômica dos esportes é analisar os investimentos feitos para realização dos Jogos Olímpicos. Os Jogos de Atenas, por exemplo, apresentaram investimentos de US\$ 12 bilhões, incluindo a construção das instalações esportivas, Vila Olímpica e obras de infra-estrutura para melhorar a urbanização da cidade. Essa cifra, que foi a maior de toda a história dos jogos, já foi superada pelo orçamento inicial de US\$ 14,20 bilhões para Pequim 2008. Tais orçamentos resultam da necessidade de obras em cada cidade, tendo-se em vista de que se trata de duas cidades históricas, em que as obras de construção são realizadas com maior cuidado e a um custo mais elevado, e do crescimento do número de participantes a cada realização do evento. Enquanto em Atenas 1896, 14 países e 200 atletas participaram dos jogos, em Atenas 2004, foram 202 países com 11.099 atletas. O grande aumento de participantes tem elevado os orçamentos para realização dos jogos, com esse gigantismo sendo, de certa forma, considerado um impedimento para que países em desenvolvimento, como o Brasil, sejam escolhidos para sediarem os jogos (ver Tabelas 3 e 4).

Todavia, quando se considera o prazo de quatro anos para realização dos investimentos, observa-se que os custos são acessíveis até mesmo para países em desenvolvimento como o Brasil. Os Jogos proporcionam muitos benefícios para a economia, como

Tabela 4
Relação de Investimentos Necessários para Realização dos Jogos Olímpicos

<i>Projetos</i>	<i>Impactos</i>	<i>Benefícios para a cidade</i>	<i>Financiamento</i>
Vila Olímpica	Construção civil	Área habitacional adicional	Privado
Instalações esportivas	Oferta em lazer e entretenimento	Melhor qualidade de vida	Público
Centro internacional de radiotransmissão e televisão	Prédio de escritórios e/ou centro de convenções	Centro de convenção, escolas, escritórios e prédio de administração.	Público
Tecnologia e telecomunicação	Construção civil	Modernização dos sistemas de cabo de fibra ótica, energia elétrica, internet e telefonia.	Público
Sistema de transporte	Transporte público, construção de estradas, expansão de aeroportos.	Melhor qualidade de vida, redução do tempo nos deslocamentos e da poluição do ar	Privado
Boa qualidade do ar	Renovação/melhorias e criação de parques e zonas para pedestres	Melhor qualidade de vida, redução da poluição do ar e criação de áreas recreativas.	Privado
Acomodações para turistas	Turismo e melhoramentos gerais	Mais leitos de hotel e incrementos de atrações turísticas	Privado

Fonte: Atlas dos esportes, 2004.

o estímulo aos investimentos, a geração de emprego e renda e o aumento da receita fiscal. Além disso, contribuem para a maior visibilidade da cidade e do país sede, melhorias urbanísticas e de acomodações para receber um fluxo maior de turistas e melhores condições de vida para a população local.

Um evento dessa magnitude proporciona vários tipos de retornos, tangíveis e intangíveis. Os Jogos proporcionam retornos financeiros decorrentes de publicidade, venda de material esportivo, licença para transmissão por televisão, turismo etc., por prazos diferentes, de curto, médio e longo prazos. Por outro lado, a realização dos Jogos Olímpicos funciona como um divisor de águas nos países sede, motivando a população para a prática de atividades esportivas e oferecendo benefícios à saúde e à qualidade de vida. Nesse sentido, o aumento de participantes dos jogos, a despeito dos custos para sua realização, confirma o avanço do olimpismo em quase todos os países do mundo.

O olimpismo é uma filosofia de vida encontrada na educação do corpo e da mente por meio do esporte. Ele defende valores que são desenvolvidos durante a prática do esporte, por todos os atletas, seja de competição ou não. Individualmente, durante as atividades esportivas são desenvolvidos valores como: conhecimento, descobrindo habilidades e limites; espírito competitivo, avaliando sempre seu desempenho em relação aos outros; excelência, dando o melhor de si; *fair play*, respeitando o oponente; acesso à prática de esporte para todos, sem distinção de raça ou religião; e, paz: construindo um mundo melhor e de paz (ver "The Olympic Movement" disponível em <www.olympic.org>).

Os Jogos de Atenas tiveram a maior cobertura televisiva da história. O COI estimou 35 mil horas dedicadas à transmissão do evento, entre 13 e 29.08.2004, cerca de 2 mil horas em

mais de 300 canais que compraram os direitos de transmissão para um total de 3,9 bilhões de pessoas em todo o mundo. Ou seja, a cobertura televisiva de Atenas foi bem superior aos números alcançados em Sydney 2000 quando foram exibidas 29,6 mil horas. Apenas a rede NBC, dos Estados Unidos, exibiu 1.210 horas durante os Jogos de Atenas, respectivamente, três e sete vezes mais do que dedicou durante os Jogos em Sydney 2000 e Atlanta 1996. A NBC pagou US\$ 6 bilhões pelos direitos de transmissão dos Jogos de Atenas 2004 e Pequim 2008 e Turim 2006 (Jogos de Inverno) (ver *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e www.olympic.org).

Segundo a associação global de agências de publicidade (Icom) os anúncios veiculados durante os Jogos de Atenas com referência direta ou indireta aos Jogos Olímpicos teriam chegado a 70% na Austrália, 60% na Itália, 50% na Guatemala, 40% a 50% na Argentina e 33% no Brasil, podendo alcançar 60% se fossem consideradas outras atividades promocionais. Por outro lado, no Reino Unido, na Espanha e nos Estados Unidos, esses percentuais teriam sido mais baixos, ficando entre 3% e 4% pela maior importância atribuída às competições regionais e nacionais, enquanto no Brasil tal importância é dada às competições internacionais. Nos Estados Unidos, apenas a NBA teve receita com publicidades no valor de US\$ 1,4 bilhões em 2004, valor muito próximo do que foi arrecadado pelo COI com a transmissão dos Jogos de Atenas no mesmo ano, US\$ 1,498 bilhões (ver *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e www.olympic.org).

Os Jogos Pan-Americanos são a segunda maior competição do planeta depois dos Jogos Olímpicos, segundo o número de modalidades esportivas e de atletas. O gigantismo da competição também é uma de suas características, o que gera controvérsias sobre os custos para sua realização. Iniciaram-se em 1932, quando foi realizada a primeira proposta ao COI, pelos países da América do Sul, para realizar uma competição semelhante aos Jogos Olímpicos nas Américas. Mas foi apenas em 1948, durante os Jogos de Londres, que foi decidida a realização do primeiro Pan-Americano.

O primeiro Pan-Americano aconteceu em 1951, na cidade de Buenos Aires, com a participação de 2.513 atletas de 21 países. Já o Pan mais recente, Santo Domingo 2003, contou com a participação de 42 países. Para o Pan 2007, a Prefeitura do Rio de Janeiro estima que apenas os investimentos por ela realizados alcancem US\$ 100 milhões. Embora os investimentos sejam altos, são bem mais baixos do que aqueles necessários para a realização dos Jogos Olímpicos. Além disso, a realização do evento gera muitos benefícios para os países que sediam esse evento esportivo, verificando-se interesse dos países-membros na realização de uma edição da competição.

A história dos Pan-Americanos mostra certa rigidez nas três primeiras posições do *ranking* de medalhas, especialmente

nas últimas três décadas, com as primeiras colocações sendo ocupadas por Estados Unidos, Cuba e Canadá. Embora tais resultados reflitam as disparidades de renda entre os países ricos, como Estados Unidos e Canadá, e demais países latino-americanos, eles mostram também que é possível alcançar a excelência nos esportes com a adoção de políticas nacionais adequadas e de baixo custo para educação e esportes. Nos 14 eventos realizados até então, as três primeiras posições foram ocupadas da seguinte forma: os Estados Unidos ficaram na primeira posição em todos os Pans, com exceção de Buenos Aires 1951, vencido pela Argentina, e Havana 1991, por Cuba; a partir dos jogos de 1971, em Cali, Cuba ficou sempre na segunda posição, com exceção dos Jogos de Havana, quando ficou na primeira posição; e, o Canadá ficou na terceira colocação desde São Paulo 1963, com exceção de Winnipeg 1967, quando conquistou a segunda posição. Nesse período, o Brasil se consolidou como a quarta maior força esportiva das Américas, apresentando tendência de crescimento no total de medalhas desde o Pan de Caracas, em 1983. As posições seguintes foram ocupadas alternadamente por México, Argentina, Venezuela, Colômbia e Porto Rico.

4.1 Iniciativas para Melhorar o Desempenho das Atividades Esportivas no País

No Brasil, as atividades esportivas são realizadas regularmente por 10,8 milhões de pessoas, os muito ativos representam 749,6 mil pessoas e os ocasionais 74 milhões de pessoas. Todavia, esses números ainda são muito modestos, quando consideramos que os atletas ocasionais são classificados no grupo de insuficientes em relação à atividade esportiva mínima recomendada e que o somatório dos muito ativos, regulares e ocasionais, representa menos da metade da população brasileira. Além do benefício à saúde, a realização das atividades esportivas desses atletas é responsável pela geração de muitos empregos em todo o País. Em 2003, por exemplo, foram gerados 870 mil empregos decorrentes das atividades esportivas (ver Tabela 5).

Nesse cenário, destaca-se a importância das academias de ginástica como uma alternativa para aumentar a adesão da população à prática de atividades físicas regulares, especialmente nas áreas urbanas. Nas últimas quatro décadas, o total de academias no Brasil saltou de 1.000 em 1971 para 20.000 em 2003, número próximo ao dos Estados Unidos, onde existem 23.000 academias, e superior ao de países desenvolvidos, como Alemanha (6.500) e Inglaterra (4.000). Todavia, as academias brasileiras ainda não conseguiram atrair um número de atletas semelhante aos desses três países; nos Estados Unidos elas atendem a 13,2% da população (33,2 milhões de habitantes), na Inglaterra, a 8,9% da população (5,1 milhões de habitantes) e na Alemanha, a 5,7% da população (4,6 milhões de habitantes), enquanto

Tabela 5
Brasil: Número de Atletas e Empregos Gerados por Esportes
Selecionados e Atividades Complementares – 2003

Esportes	Atletas			Empregos
	Muito Ativos	Regulares	Ocasionais	
Olimpícos	395.329	8.212.422	65.346.042	443.000
Não-Olimpícos	326.239	319.900	44.919.000	334.700
<i>Outdoor</i>	28.035	156.288	8.140.120	46.492
Atividades complementares	...	8.667.894	...	761.222
Totais de contagem acumulada	1.585.414
Totais com contagem múltipla	...	17.356.504	118.405.162	...
Total efetivos	749.603	10.847.815	74.003.125	870.000

Fonte: *Atlas dos esportes*, 2004, p. 833.

no Brasil apenas 2% da população freqüentam as academias, ou seja, 3,4 milhões de habitantes (ver *Atlas dos esportes*, 2004).

Além do hábito da prática de atividades esportivas ser mais estimulados nos países mencionados do que no Brasil, um outro fator que pode estar contribuindo para o baixo desempenho brasileiro pode ser o custo da mensalidade das academias, que representa um impedimento para boa parte da população do País.

Embora a dimensão econômica dos esportes seja importante, por causa da geração de riqueza, emprego e renda, é preciso realizar estudos econômicos sobre os benefícios gerados pelas atividades esportivas para o melhor condicionamento físico das pessoas e seus efeitos sobre a saúde, a produtividade física e intelectual, a longevidade e o fluxo de renda pessoal e social, portanto, sobre as relações existentes entre a prática regular de esportes, a melhoria da qualidade de vida e o capital humano disponível e seu papel no processo de desenvolvimento dos países. Assim, os esforços para melhorar o desempenho no setor poderiam ser concentrados em quatro linhas principais de ações: atividades físicas nas escolas e universidades; fortalecimento do ensino e pesquisa na área de educação física e da infra-estrutura esportiva, especialmente das modalidades olímpicas; ginástica no trabalho; e, formação de *clusters* esportivos.

4.1.1 Ensino e Formação de Pessoal em Educação Física no Brasil

O *Atlas dos esportes* (2004), livro inédito pela abrangência e profundidade no tratamento dos temas relacionados aos esportes no Brasil, apresenta os principais eventos relacionados ao ensino da Educação Física no Brasil, desde os primórdios. A introdução da Educação Física no País ocorreu na primeira metade do século XIX. Foi em 1834 que o primeiro brasileiro iniciou um curso de Educação Física, no Philantropium da Alemanha, instituição que formou mais trinta brasileiros nesse período. Porém,

a inclusão da ginástica no currículo escolar só aconteceu em 1851, por meio da Lei 630, de 17.09.1851, que instituiu o ensino da ginástica nas escolas primárias e regulamentou a disciplina no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro.

A formação de professores só teve início no País em 1876, quando foi instituído o ensino da ginástica e princípios gerais da Educação Física nas duas escolas normais da Corte. E a primeira escola de Educação Física foi proposta por Rui Barbosa, em 1882, por meio do projeto "Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública", apresentado à Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro em 21.09.1882. Esse projeto propôs a criação de uma escola normal de ginástica para formação de professores do Rio de Janeiro e para as províncias que solicitassem, a obrigatoriedade da formação dos professores em ginástica e a inclusão da ginástica nos programas escolares.

No Nordeste, as primeiras iniciativas para formação de professores foram realizadas em Pernambuco. Em 1931, deu-se o primeiro Curso Especial em Educação Física. Em 1940, foi fundada a Escola Normal de Educação Física, sendo o curso reconhecido em 1946. Em 1947, foi autorizado o Curso Superior de Educação Física da Escola Normal, cujo reconhecimento aconteceu em 1953.

Na história da Educação Física brasileira destaca-se também a marcante contribuição militar para a expansão da disciplina no País. Desde 1801, por exemplo, eram praticadas atividades esportivas na Academia Real Militar (esgrima, equitação e natação). E, em 1858, foi estabelecida a prática da natação e esgrima nos cursos de Infantaria e Cavalaria da Escola Militar da Praia Vermelha, na Urca, no Rio de Janeiro. Em 1905, foram criadas duas escolas de Educação Física, sendo uma militar e outra civil, que tinham por objetivo a formação de professores para atender à demanda de todos os colégios do País. Os primeiros cursos de especialização em Educação Física do País, criados no início do século XIX, foram oferecidos pelo Exército. E, em 1925, foi criada a Escola de Educação Física da Marinha.

Atualmente, encontra-se em funcionamento no País um total de 279 instituições de ensino superior (IES) com 397 cursos de graduação de Educação Física. Desses totais, as instituições privadas representavam 74% das IES e 67% dos cursos. As universidades federais e estaduais respondiam por, respectivamente, 11% e 9% das IES e 12% e 18% dos cursos. As instituições municipais respondiam pelas parcelas restantes, 5% e 4%.

Em relação à pós-graduação em educação física *strictu sensu*, encontrava-se em funcionamento no País um total de 12 programas autorizados pela Capes entre 1977 e 2003, sendo quatro em São Paulo, três no Rio de Janeiro, dois em Santa Catarina, um no Rio Grande do Sul, um em Minas Gerais e um Brasília. Quatro instituições oferecem mestrado e doutorado: Universida-

de de São Paulo (USP), Universidade de Santa Maria (UFSM), Universidade Gama Filho (UGF) e Universidade de Campinas (Unicamp). As outras instituições oferecem apenas o mestrado, a saber: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Metodista de Piracicaba, Universidade Castelo Branco (RJ) e Universidade Estadual de Santa Catarina (Uesc).

Nesse mesmo período, foram titulados em programas de pós-graduação em Educação Física 1.639 mestres e 166 doutores. Os programas de pós-graduação *strictu sensu* que mais contribuíram para formação de mestres e doutores nesse período foram Unicamp (273 mestres e 88 doutores), UFSM (240 mestres e 36 doutores), USP (221 mestres e 20 doutores) e UGF (206 mestres e 22 doutores). Juntos eles responderam por 57% dos mestres e 100% dos doutores titulados. Tais números mostram que as titulações ainda estão em patamares bem abaixo das necessidades existentes. Um dos fatores que pode ter contribuído para o resultado foi o baixo número de bolsas alocadas para essa área do conhecimento, que entre 1985 e 2003, portanto em um período de 19 anos, totalizou apenas 2.148 bolsas para mestrado e 554 para doutorado em todo o País; ou seja, atingindo médias de, respectivamente, 113 bolsas/ano para mestrado e 29 bolsas ano para doutorado. As bolsas para o exterior foram mais raras ainda, totalizando cinco bolsas para mestrado, 64 para doutorado e 11 para pós-doutorado, entre 1988 e 2003, portanto, em 16 anos.

Diante de tal situação, vale destacar uma iniciativa da Capes para aumentar os programas de mestrados *strictu sensu* em educação física no País, especialmente nas regiões que não contavam com tais programas, como o Nordeste. Assim, em 1997, foi implantado o Mestrado Institucional em Educação Física, patrocinado pela Capes, que se baseia na parceria entre uma instituição receptora e uma promotora. Até 2002 foram realizados cinco programas desse tipo, a saber: Uepa-UFPA (receptoras) e UGF (promotora), com 10 titulados; UEL (receptora) e USP (promotora), com 11 titulados; UFPB (receptora) e Unesp (promotora), com 11 titulados; UFG (receptora) e Unicamp (promotora), com 18 titulados; e, UA (receptora) e USP (promotora) em andamento, com seis titulados.

4.1.2 A Situação da Infra-Estrutura para Atividades Esportivas no Brasil

O projeto de transformar o Brasil em uma Nação Olímpica, a fim de não apenas preparar atletas para participar do grande evento mas mais fundamentalmente utilizar o esporte como meio para melhorar a saúde, a educação e a cidadania da população, depende de iniciativas que ampliem a disponibilidade de espaços próprios para a prática de atividades esportivas. Todavia, a dis-

ponibilidade de estruturas esportivas no País ainda é muito modesta, especialmente quando se considera o total da população brasileira, de 183,568 milhões de habitantes, e que o território nacional tem uma extensão continental, o que agrava ainda mais a situação nas regiões menos desenvolvidas (ver Tabela 6). Nesse sentido, as políticas públicas para o setor deveriam ter como meta a realização de investimentos que pelo menos duplicassem a infraestrutura esportiva do País (quadras, piscinas, pistas de atletismo e ginásios), bem como melhorassem a disponibilidade desses espaços nas regiões menos desenvolvidas.

Tabela 6
Brasil: Número de Instalações Esportivas - 2003
(3.653 Municípios)

<i>País, Região e UF</i>	<i>Estádios</i>	<i>Quadras</i>	<i>Piscinas Não Residenciais</i>	<i>Pistas de Atletismo</i>	<i>Ginásios</i>	<i>Campos de Futebol</i>
Brasil	331	31.297	12.160	686	5.381	29.073
AC	n/d	30	17	2	8	24
AM	n/d	115	33	3	12	376
AP	SI	SI	SI	SI	SI	SI
PA	n/d	409	234	5	19	409
RO	n/d	98	39	4	10	316
RR	n/d	18	n/d	12	5	16
TO	n/d	158	37	3	17	168
Norte	0	828	360	29	71	1.309
AL	2	300	168	3	16	600
BA	1	1.419	1.033	18	109	1.608
CE	4	1.270	400	10	30	3.700
MA	n/d	250	120	5	18	350
PB	4	289	90	8	20	381
PE	4	467	205	9	16	585
PI	n/d	328	200	2	15	650
RN	n/d	230	68	3	19	392
SE	2	200	90	2	16	350
Nordeste	17	4.753	2.374	60	259	8.616
ES	n/d	530	122	11	35	717
MG	59	10.906	3.917	88	1.863	6.343
RJ	155	1.685	367	39	270	1.122
SP	50	4.864	2.397	208	749	3.673
Sudeste	264	17.985	6.803	346	2.917	11.855
PR	11	2.374	1.048	47	438	1.614
RG	n/d	2.391	581	84	620	2.536
SC	14	3.749	286	73	793	1.159
Sul	25	8.514	1.915	204	1.851	5.309
DF	SI	SI	SI	SI	SI	SI
GO	n/d	638	214	15	115	533
MT	10	710	151	13	52	708
MS	15	1.090	287	19	108	530
Centro-Oeste	25	2.438	652	47	275	1.771

Fonte: Atlas dos esportes, 2004.

A situação torna-se ainda mais grave quando consideramos as escolas públicas e as regiões menos desenvolvidas do País, que apresentam carências de várias naturezas nas áreas de educação e esportes. Boa parte dos estabelecimentos de ensino não dispõe de espaço adequado para a prática da educação física e esportes, verificando-se a total ausência de quadras, piscinas e demais instalações esportivas necessárias. A carência de infraestrutura adequada para a prática de atividades esportivas se torna ainda mais evidente nas áreas mais carentes dos grandes centros urbanos, podendo-se dizer que pobreza, baixa escolaridade, violência e ausência de atividades esportivas apresentam correlação elevada. Por outro lado, destaca-se o papel estratégico que o esporte pode desempenhar na inclusão social dessa população mais carente, melhorando o índice de escolaridade e protegendo crianças e adolescentes da situação de risco em relação a violência, as drogas e a criminalidade.

Nesse sentido, destacam-se as iniciativas já realizadas no País, por meio de projetos baseados nas atividades esportivas para educar crianças e adolescentes, ampliando suas perspectivas de desenvolvimento humano, compreensão da realidade e protegendo contra os riscos oferecidos pelas drogas e a criminalidade, tão evidentes nos grandes centros urbanos, a saber:

- Vila Olímpica da Mangueira. Fundada em 1987, no Rio de Janeiro, com apoio da Xerox do Brasil, já atendeu a trinta mil crianças e contribuiu para o aumento da escolaridade das crianças da comunidade de 40% para 95%;
- Vila Olímpica da Maré, também no Rio de Janeiro, que recebeu o apoio da Petrobras e oferece 22 modalidades esportivas, entre outras atividades;
- Programa de Iniciação Esportiva (Priesp), parceria entre a Fundação Roberto Marinho, prefeituras municipais e governos estaduais e estudantes de Educação Física, que funcionou entre 1978 e 1988 e tinha por objetivo apoiar estudantes de Educação Física que desejassem ensinar vôlei, basquete, atletismo e natação;
- Projeto Espaço Criança Esperança, iniciado em 2001, com apoio da Unicef e Rede Globo de Televisão, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia;
- Educação pelo Esporte da Fundação Ayrton Senna, iniciada em 1995; e,
- Projeto Virando o Jogo e Dois Toques, Fundação Gol de Letra em São Paulo, a partir de 1999, e Niterói, a partir de 2001, com apoio da Fundação Kellogs.

4.1.3 Ginástica no Trabalho

Os programas de ginástica no trabalho desempenham papel importante ao combater o sedentarismo, melhorar as condições de saúde e aumentar a produtividade dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a realização dessa atividade no local de trabalho oferece informações importantes para o estudo do papel estratégico do bom condicionamento físico da população e seus impactos econômicos.

A ginástica laboral teve início na Polônia, em 1925, com a implantação da ginástica durante a jornada de trabalho, sendo adotada em seguida pela Rússia e posteriormente por outros países da Europa e da Ásia, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, quando se tornou obrigatória no Japão. Em 1974, cerca de cinquenta mil empresas dos Estados Unidos possuíam programas dessa natureza. No Brasil, os programas de ginástica laboral foram introduzidos em 1978, quando passou a ser estudado pelos Departamentos Regionais do Sesi (DRs) do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e foi iniciado o programa de ginástica da fábrica de automóveis da Fiat, em Betim, Minas Gerais. Desde então este tipo de programa vem se tornando mais popular entre as empresas brasileiras. Em 2002, participaram do programa do Sesi 1.211 empresas, abrangendo 267.664 trabalhadores e 311.561 participantes (ver *Atlas dos esportes*, 2004). Mas esses números ainda são bastante modestos quando se considera o universo de empresas existentes no País. Em 2002, por exemplo, apenas no setor formal da economia existiam 4,965 milhões de empresas em operação no País, empregando 34,760 milhões de pessoas (ver Tabelas 7 e 8).

Tabela 7
Brasil: Evolução do Número de Empresas segundo as
Grandes Regiões – 1996-2002

Brasil e Região Geográfica	Ano						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	3.206.721	3.445.039	3.589.399	3.872.067	4.124.355	4.679.825	4.964.885
Norte	87.470	102.174	109.487	120.451	133.530	151.569	164.163
Nordeste	429.204	482.411	512.807	575.403	617.803	706.078	757.797
Sudeste	1.727.277	1.819.849	1.878.164	2.005.475	2.122.980	2.392.186	2.536.455
Sul	753.156	811.992	851.847	912.275	964.525	1.103.523	1.158.969
Centro-Oeste	209.614	228.613	237.094	258.463	285.517	326.469	347.501

Fonte: IBGE.

Tabela 8
Brasil: Evolução do Número de Pessoas Ocupadas segundo as
Grandes Regiões – 1996-2002

Brasil e Região Geográfica	Ano						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	27.194.294	27.999.705	28.205.539	29.232.906	30.657.701	32.506.854	34.759.706
Norte	915.683	997.247	1.066.120	1.137.341	1.194.167	1.274.435	1.426.979
Nordeste	3.986.040	4.109.943	4.115.424	4.466.484	4.711.707	4.996.562	5.534.386
Sudeste	15.355.469	15.524.690	15.548.759	15.961.580	16.551.184	17.530.841	18.512.045
Sul	4.781.453	5.025.244	5.063.821	5.255.172	5.516.059	5.940.245	6.307.811
Centro-Oeste	2.155.649	2.342.581	2.411.415	2.412.329	2.684.584	2.764.771	2.978.485

Fonte: IBGE.

4.1.4 Clusters Esportivos

Em relação à formação dos *clusters* esportivos, definidos como a aglomeração de um conjunto de instituições e empresas relacionadas às atividades esportivas em uma determinada localidade, poderíamos listar uma série de cidades no País que se enquadrariam nessa definição, com destaque para as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, no Sudeste; e, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, na Região Sul.

Nas regiões menos desenvolvidas, poderia ser considerada a existência de *clusters* menores, ainda em formação nas capitais dos estados, como Recife, Fortaleza e Salvador, no Nordeste; Belém e Manaus, no Norte; e, Campo Grande e Cuiabá, no Centro-Oeste. É nas capitais que se concentram as instituições de ensino superior, a infra-estrutura esportiva e a realização de competições nas diversas modalidades esportivas. Em Recife, destacam-se as relações existentes entre o pólo médico e o *cluster* esportivo, que, ao promover a prática de esportes e contribuir para a melhoria da saúde da população, exerce uma ação preventiva contra vários tipos de doenças.

Todavia, ao contrário das regiões mais desenvolvidas, ainda é preciso formar novos *clusters* no interior dos estados das regiões menos desenvolvidas, que permitam a realização de ações coordenadas que abranjam todos os municípios dessas regiões. No Nordeste, por exemplo, esses *clusters* poderiam ser localizados nos municípios de porte médio de cada estado.

4.2 Os Esportes, o Índice de Desenvolvimento Humano e as Metas do Milênio

Este artigo enfatiza a importância da adoção de dietas saudáveis e da prática regular de atividades esportivas pela população, tendo-se em vista que tais iniciativas contribuem para manutenção do peso dos indivíduos na faixa de segurança do índice

de massa corpórea (IMC) entre 20 e 25, calculado pela fórmula $IMC = \text{peso}/\text{altura}^2$. Quando se analisam o índice de mortalidade no País e as principais causas dos óbitos, fica evidente a importância da manutenção do peso nessa faixa de segurança para que sejam reduzidas as incidências de problemas cujas causas primárias são sobrepeso e obesidade, tais como moléstias cardíacas, renais, neurológicas, ósseas, cancerígenas e a diabetes. Assim, com essas medidas, seria possível responder a duas questões cruciais para os países em desenvolvimento, a saber: Quanto é que se perde quando um profissional deixa de produzir por condições de saúde? Qual é o impacto, na geração de renda nacional, do afastamento de um conjunto de pessoas de suas atividades profissionais por doenças que poderiam ter sido prevenidas?

Além disso, deve-se destacar a importância das políticas antitabagistas, tendo-se em vista que os efeitos do tabagismo sobre a saúde das pessoas podem ser tão graves que este deveria ser combatido em várias frentes, considerando-se desde a ampliação da frequência das campanhas publicitárias até mesmo a total proibição do seu consumo. É impossível impedir o consumo de substâncias nocivas à saúde, isso acontece em muitos locais no mundo inteiro, mas é sensato mostrar que a substância é danosa e, em seguida, propor a proibição do consumo por meio de um referendo popular, por exemplo.

Vale observar que a criminalidade, o trânsito e a poluição ambiental são outros fatores que têm a mesma função de poder reduzir o tempo de vida de parcela da população e, portanto, de impactar negativamente a produção. No entanto, este trabalho trata apenas daqueles meios que são acessíveis aos indivíduos de administrar e alcançar um melhor posicionamento para exercer as respectivas atividades profissionais pelo período mais longo de tempo. Em relação aos efeitos dos fatores macro sobre a qualidade de vida, é necessário que sejam realizadas iniciativas para reduzir os efeitos negativos deles sobre a população; ou seja, realizar investimentos para melhorar a segurança, reduzir os acidentes de trânsito, melhorar a qualidade dos produtos por meio da retirada dos materiais nocivos à saúde e diminuir os índices de poluição do ar, do solo e das águas. No aspecto ambiental, é preciso acelerar o processo de substituição dos combustíveis para veículos – diesel e gasolina – por álcool, óleo vegetal e gás natural.

Por outro lado, mesmo sendo necessários, os fatores macro não são suficientes para garantir a plena melhoria da saúde e da qualidade de vida da população, que, em última instância, depende de decisões individuais sobre dieta alimentar e atividades esportivas, sendo, pois, necessário apoiar iniciativas que estimulem o consumo de alimentos com base em dietas saudáveis e a prática de exercícios físicos para consolidar o melhor condicionamento físico como um valor que todas as pessoas devam alcançar.

Embora os esportes sejam bastante populares em todo o mundo e sua importância na atualidade seja largamente reco-

nhecida, os indicadores de freqüência de atividades esportivas praticadas pela população brasileira mostram que a prática regular de exercícios físicos é insuficiente em uma considerável parcela de brasileiros. Esses resultados refletem um elevado número de espectadores sedentários de eventos esportivos para um reduzido número de atletas, que podem ser acompanhados nos locais das competições ou pela televisão, nas várias modalidades esportivas.

Um bom exemplo de como os impactos da prática de esportes no desenvolvimento econômico ainda não recebem a atenção merecida também em escala global pode ser constatada pela ausência das atividades físicas e práticas regulares de esportes do índice de desenvolvimento humano (IDH) e das metas do milênio.

O IDH abrange três dimensões, a primeira é a longevidade medida pela esperança de vida da população, a segunda é o grau de conhecimento avaliado pela taxa de alfabetização da população adulta e taxa combinada do índice de matrícula nos três níveis de ensino; e a terceira é a renda ou PIB *per capita*. Um IDH abaixo de 0,500 significa baixo desenvolvimento humano; entre 0,500 e 0,799, considera-se médio desenvolvimento humano, e acima de 0,800, o país é considerado de alto desenvolvimento humano. Nas últimas estimativas para os anos de 2002 e 2003, o IDH brasileiro se aproximou bastante da marca de 0,800, atingindo, respectivamente, 0,790 e 0,792; ou seja, o País aproximou-se muito da condição de alto desenvolvimento humano, portanto, de se alinhar com os países mais ricos do mundo que apresentam padrões de vida bem mais elevados [ver PNUD (1998 e 2005)].

Todavia, será que o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento que estão nas mesmas condições, realmente estaria próximo da condição de apresentar alto desenvolvimento humano ou o índice deixou de ser uma boa ferramenta para expressar os diferentes padrões de desenvolvimento humano das nações? A princípio parece-nos que a segunda hipótese é verdadeira, sendo necessário, portanto, construir um novo índice que incorpore outras variáveis e capte melhor a diferença nos padrões de desenvolvimento humano dos países. É claro que o Brasil avançou nas variáveis até então consideradas e conseguiu melhorar seu posicionamento no *ranking* mundial. Todavia, o índice de esperança de vida ao nascer, embora seja necessário, não é suficiente para expressar a situação de um país na área de saúde. Isso também é verdade para a área de educação, que apresenta grandes dificuldades desde o ensino básico e fundamental até a universidade. Por exemplo, no último *ranking* mundial da Unesco sobre o ensino fundamental o Brasil ficou em 72º lugar.

Enfim, é preciso construir um novo índice de desenvolvimento humano, capaz de medir uma situação de maior complexidade. Calcular o IDH com base em poucas variáveis, que não captam todas as dimensões necessárias para o maior desenvolvimento humano da população de um país, não é suficiente para

classificar o país como de alto desenvolvimento humano. Basta **viver em um país assim**, como o Brasil, para saber que o atual índice não está bem conectado com a realidade. **O novo índice** deveria incorporar uma variável que retratasse, por exemplo, a **situação relativa à prática regular de uma atividade esportiva pela população**, tendo-se em vista a importância dos esportes para a saúde, educação, relacionamento social, pacificação e motivação das pessoas. Na área de educação, deveriam ser incorporadas variáveis da área educacional que fossem capazes de tornar mais claras as diferenças existentes entre os sistemas educacionais de países ricos e em desenvolvimento a fim de não gerar uma falsa compreensão dos diferentes estágios de desenvolvimento dos países na atualidade. Além disso, deveriam ser incorporadas variáveis que expressassem a disponibilidade por habitante das estruturas esportivas (estádios, piscinas não residenciais, quadras poliesportivas e pistas de atletismo) e estabelecimentos de ensino e uma classificação quanto à qualidade de tais estruturas; com as estruturas físicas sendo classificadas segundo padrões internacionais, tanto na área esportiva quanto na educacional. Naturalmente, quando fosse construído tal índice, as diferenças existentes nos estágios de desenvolvimento de cada país tornariam-se mais evidentes.

Além disso, o atual índice não leva em consideração variáveis comportamentais ou sociais, como segurança pública e qualidade do trânsito nas ruas e estradas do país, que puniria os países que apresentam altos índices de criminalidade e elevados índices de acidentes no trânsito ou que estão sujeitos a guerras ou ações terroristas. Em última instância, poderia se considerar que o medo, ou a situação de pânico ou quase pânico reduziria o IDH de uma população.

Outra ausência relevante das atividades esportivas pode ser observada na definição das metas do milênio lançadas em 2000, durante a Cúpula do Milênio em Nova York, que contou com a participação de 147 chefes de Estado. A Declaração do Milênio, assinada pelos 189 países membros da ONU, estabeleceu as metas de desenvolvimento do milênio, que tinham por objetivo reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável dos países até 2015. A declaração conclama todos os países a libertar todas as pessoas das condições desumanas de pobreza extrema e reduzir à metade a quantidade de habitantes que viviam com menos de um dólar por dia até 2015 (ver Quadro 1).

Tais metas estão mais relacionadas com a escolaridade, alimentação e saúde, não sendo mencionado o papel da prática esportiva na melhoria da condição física nem apresentada nenhuma meta específica relativa ao acesso às atividades esportivas e, portanto, não considerando as contribuições dos esportes em relação aos ganhos de qualidade nos estudos e na saúde da população. Dessa forma, o exemplo dos países desenvolvidos que se transformaram em potências olímpicas ao longo do século XX deveria servir de modelo para os demais países em desenvolvimento.

Quadro 1 As Metas do Milênio

- 1. Acabar com a pobreza extrema e a fome**
 - Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar-paridade do poder de compra (PPC) por dia.
 - Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.
- 2. Tornar o ensino básico universal**
 - Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem o ciclo completo de ensino básico.
- 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres**
 - Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, a mais tardar até 2015.
- 4. Reduzir a mortalidade infantil**
 - Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.
- 5. Melhorar a saúde materna**
 - Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.
- 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças**
 - Até 2015, conter a propagação do HIV/Aids e reverter a tendência atual.
 - Até 2015, conter a incidência da malária e de outras doenças importantes e reverter a tendência atual.
- 7. Garantir a sustentabilidade ambiental**
 - Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.
 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura.
 - Até 2020, ter alcançado melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de favelados.
- 8. Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento**
 - Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, transparente, previsível e não discriminatório.
 - Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos.
 - Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
 - Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante ações nacionais e internacionais a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
 - Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam aos jovens obter trabalho digno e produtivo.
 - Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento; em cooperação com o setor privado, tornar mais acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação.

Fonte: www.mre.gov.br

A situação atual mostra que tais metas dificilmente serão alcançadas no prazo previsto, embora muitas iniciativas já tenham sido empreendidas com esse fim. O relatório de desenvolvimento mundial da ONU de 2002 mostrou que os países não vinham alcançando as taxas mínimas de crescimento econômico necessárias – 3% ao ano – para que pudessem atingir as metas estabelecidas. O relatório informava que, na maioria dos países, as taxas de crescimento vinham sendo negativas, o que retardava em muitos anos o alcance de tais metas, estimando-se que nos atuais ritmos de crescimento elas só poderiam ser atingidas em 2147. Com tal situação tornando urgente empreender iniciativas que possam melhorar a situação das pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. Apenas nos países de renda média, existem 280 milhões de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia e 879 milhões de pessoas vivendo com menos de dois dólares por dia. No Brasil, estima-se que sejam necessários investimentos adicionais de US\$ 50 bilhões para que as metas fossem atin-

gidas no período esperado. Sobre os esforços realizados no País para atingir as metas ver, por exemplo, Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br) e Veiga (2004).

Nesse sentido, vale lembrar a mensagem apresentada pelo relatório da ONU “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio” (2003), que resgatou o papel dos esportes na promoção do desenvolvimento econômico e social e mostrou a importância de sua contribuição para que as metas do milênio fossem atingidas em todo o mundo. Esse relatório, realizado pela força-tarefa entre agências das Nações Unidas, tratou os esportes como uma ferramenta importante para o desenvolvimento econômico e social, a paz mundial e o alcance das metas do milênio. Ele mostrou a importância da contribuição das atividades esportivas para que as metas do milênio fossem atingidas, realizando associações como esporte e saúde, esporte e educação, esporte e desenvolvimento sustentável e esporte e paz.

Na educação, o relatório da ONU destaca a prática de esportes para o ensino de habilidades e valores como: comunicação, respeito às regras, resolução de problemas, compreensão, liderança, respeito pelo outro, valor do esforço, como ganhar, como perder, como lidar com a competição, jogar limpo, compartilhar, auto-estima, confiança, respeito próprio, tolerância, resistência, trabalho em equipe, disciplina e autoconfiança.

Na saúde, fatores decorrentes da ausência da prática de esporte estão entre as principais causas de morte no mundo. De acordo com tal relatório, as mortes no mundo em 2000 tiveram os seguintes fatores de risco: fatores ocupacionais; deficiência de vitamina A; deficiência de zinco; poluição urbana do ar; deficiência de ferro; fumaça de combustíveis sólidos em ambientes fechados; água, esgoto e higiene deficientes; álcool; sedentarismo; excesso de peso; sexo de risco; subnutrição; colesterol; fumo; e pressão arterial.

O relatório lembra que a atividade esportiva é importante para a saúde de homens e mulheres em todas as faixas etárias. Entre os jovens, a prática de esportes contribui para ossos saudáveis, para o melhor funcionamento dos sistemas circulatório e respiratório e ajuda na habilidade motora e na função cognitiva. Entre as mulheres, a atividade física contribui para a prevenção de fraturas do quadril e a diminuição dos efeitos da osteoporose. E entre os idosos, a atividade física ajuda na capacidade funcional, mantendo a qualidade de vida e independência das pessoas.

Enfim, a forte associação entre a redução de atividades físicas e o aumento de doenças faz com que a prática de esportes passe a ser prioritária nas políticas públicas dos países em todo o mundo, em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal) e envolvendo todos os setores da sociedade. Entre os benefícios econômicos citados da prática de atividades físicas estão

as melhorias proporcionadas na saúde pública, as reduções dos custos para o sistema de saúde e o aumento da produtividade. Além disso, chama-se a atenção para a realização de atividades que assegurem o esporte para todos, incluindo aquelas pessoas que têm dificuldade de participar dos eventos, especialmente as mulheres, os portadores de deficiência, os jovens e os idosos. Por fim, o relatório cita como exemplo o movimento mundial do dia da iniciativa "Movimente-se para a saúde" para fortalecer as parcerias para o desenvolvimento e as políticas globais, nacionais e locais voltados para a promoção de programas de atividade física associados à prevenção de doenças não-contagiosas, à saúde e ao desenvolvimento.

A importância da educação física para a manutenção da saúde da população foi defendida também pela Agenda de Berlim, apresentada durante a World Summit on Physical Education, em Berlim, em 1999, que contou com representantes de sessenta países. A Agenda convocou os governantes dos países e respectivos Ministros dos Esportes a realizar iniciativas que ampliassem o acesso da população às atividades esportivas, investissem em programas para melhorar a qualificação dos educadores e elegessem a educação física como necessária à melhoria da saúde da população.

4.3 Propostas para o Brasil

O País, que já conta com a realização do próximo Pan Rio 2007, deveria dedicar mais esforços para sediar os Jogos Olímpicos. Trata-se de uma iniciativa que pode fazer a diferença para transformá-lo em uma potência olímpica, criando condições para ampliar e consolidar os benefícios da prática regular de atividades esportivas à saúde da população. Apesar do custo elevado que representam os investimentos necessários para preparar os locais de competição e demais instalações, o País poderia ser beneficiado pelas transformações que ocorrem com a população, antes e depois da realização de eventos dessa dimensão, motivando as pessoas em relação à prática de atividades físicas e de esportes. Uma possível estratégia a ser adotada poderia se basear na maior valorização dos eventos esportivos regionais e nacionais e na realização de eventos internacionais no País, com a dimensão dos Jogos Olímpicos, a cada ano. Por exemplo, o Brasil poderia reeditar os Jogos Olímpicos Latino-Americanos realizados no Rio de Janeiro, em 1922, ou realizar os Jogos Olímpicos dos países de língua portuguesa ou ainda dos países do Cone Sul. Além disso, o Brasil poderia realizar também os Jogos Paraolímpicos associados a esses eventos – o resultado alcançado pela equipe brasileira, em Atenas 2004, reflete a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nessa área no País.

Embora seja de difícil avaliação, os resultados obtidos por um país em uma competição dessa dimensão podem ser medi-

dos, por exemplo, em termos de resultados esportivos e pela qualidade dos atletas que participaram em várias modalidades, mesmo que não tenham obtido uma medalha. Em Atenas 2004, o Brasil ficou na 18^o posição com quatro medalhas de ouro. A posição do País sobe para a 21^o posição se for considerado o *ranking* segundo o total de medalhas: foram ganhas 10 medalhas, sendo 4 de ouro, 3 de prata e 3 de bronze. À frente do Brasil, entre a 1^a e 20^a posição, ficaram dois grupos de países, um formado por países mais ricos, em termos de PIB ou PIB *per capita*, e outro formado por países com forte tradição nas atividades esportivas. No primeiro grupo estão Estados Unidos, Austrália, Alemanha, França, Itália, Coréia do Sul, Grã-Bretanha, Holanda, Espanha, Grécia e Canadá; e, no segundo estão Rússia, China, Cuba, Ucrânia, Romênia, Hungria, Bielo Rússia e Bulgária. Em geral, os resultados dos Jogos Olímpicos mostram a força dos países ricos e dos que têm tradição nos esportes. No conjunto, os países citados, com exceção de China e Ucrânia, também apresentam boa posição em relação aos indicadores de desenvolvimento da ONU, sinalizando, assim, para a correlação existente entre atividades esportivas, desenvolvimento humano e desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, pode-se dizer que o resultado obtido nos Jogos Olímpicos é resultante de uma política de longo prazo para os esportes e a saúde da população, servindo de motivação para atletas, profissionais e amadores e a população em geral. Ou seja, o exemplo das nações olímpicas, de apoiar as atividades esportivas, deveria ser seguido pelos países em desenvolvimento.

Os Jogos Olímpicos representam para a humanidade muito mais do que uma grande competição. Desde seu início, na Grécia, eles se constituíam uma celebração à paz, ao vigor físico, à saúde e às artes. Os estados-nações cessavam as guerras para a realização dos Jogos Olímpicos, também chamados de Jogos da Paz. Além da confraternização dos povos, os jogos são uma celebração ao corpo humano e à saúde, justificando assim a máxima do Barão de Coubertin, responsável pela volta dos Jogos Olímpicos na Era Moderna, de que o importante é competir e não vencer. Embora seja bom vencer, a beleza da prática de uma modalidade esportiva e seu benefício para a saúde são as motivações mais importantes. Deus salve a Grécia!

A seguir são apresentadas propostas que têm por objetivo melhorar as condições da prática regular das atividades físicas no Brasil, a saber:

1. Ampliação das estruturas físicas disponíveis para a prática de esportes, como pistas de atletismo, quadras poliesportivas, piscinas, ginásios, campos de futebol, pistas de ciclismo etc.
2. Ampliação do número de cursos de graduação e pós-graduação *strictu sensu*, especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

-
3. Implantar programa para apoiar investimentos na melhoria da qualidade das estruturas físicas esportivas existentes.
 4. Construção de vilas olímpicas em todos os estados.
 5. Construção de pelo menos um centro poliesportivo em cada município do País, com pistas de atletismo, quadras, piscinas, ginásios, pistas de ciclismo etc.
 6. Construção de instalações adequadas para atividades esportivas em todas as escolas públicas do País, como, quadras poliesportivas, piscinas e pistas de atletismo.
 7. Apoiar a formação de *clusters* esportivos em todos estados.
 8. Criação de programa de acompanhamento das práticas esportivas, manutenção do peso na faixa de segurança do IMC e realização de exames periódicos e dietas alimentares adequadas. O programa deverá ser implementado por todas as instituições do País para acompanhar seus funcionários na realização de atividades físicas regulares, com orientação de pessoal qualificado em academias, clubes etc.
 9. Construção de um *ranking* nacional de empresas brasileiras segundo a qualidade dos programas de saúde e esporte para funcionários, realizado a cada ano, considerando as ações desenvolvidas, os recursos aportados e o número de funcionários participantes. Essa proposta tem por objetivo criar uma competição saudável entre as empresas nacionais e estimular a difusão dos programas de saúde e esportes nas empresas em todo o território nacional.
 10. Criação de um programa nacional para estimular a prática de atividades esportivas nas cidades brasileiras, durante os finais de semana, promovidos por empresas e com apoio das prefeituras municipais.
 11. Criação de conselhos dos esportes nos municípios, estados e União, formados por atletas, treinadores e professores de Educação Física que se destacaram nas diversas modalidades esportivas. O Conselho deverá avaliar a situação do setor esportivo na sua área de *influência e propor novas iniciativas que contribuam para a melhoria da área dos esportes, atividades físicas e lazer.*
 12. Criação do Plano Diretor dos Esportes para municípios, estados e União, que deverá ser elaborado pelo Poder Executivo e contar com o apoio e aprovação do documento final pelo Conselho dos Esportes. Esse Plano deverá apresentar um diagnóstico da situação e definir metas anuais e quinquenais a serem atingidas.

13. À luz da proposta da ONU, criar um Fundo Nacional para Investimento no Esporte, com base na implementação do imposto sobre o consumo de fumo, bebidas alcoólicas, refrigerantes e consumo de alimentos com alto teor calórico e de açúcar (como, frituras, massas, doces e bombons, sorvetes e chocolates). Os recursos desse Fundo devem ser direcionados para a construção das vilas olímpicas estaduais e centros poliesportivos municipais e para a formação de pessoal, por meio do financiamento de pesquisa e da concessão de bolsas de estudo e bolsas para manutenção de atletas (ajuda para alimentação, transporte e material esportivo).
14. Promover competições internacionais no País, especialmente aquelas que envolvam um grande número de modalidades esportivas, como os Jogos Olímpicos, Pan-Americanos e Sul-Americanos, e lançar imediatamente a campanha "Rumo aos Jogos Olímpicos Rio 2016".
15. Criação de programa de financiamento no BNDES para apoiar o desenvolvimento dos esportes no Brasil, com condições diferenciadas, de custo financeiro, prazo e participação, e com a possibilidade de apoio com recursos não-reembolsáveis.
16. Aumentar o orçamento do Ministério dos Esportes para 1% do Orçamento Fiscal e Seguridade Social do País, excluindo-se as transferências constitucionais e as operações oficiais de crédito e o refinanciamento da dívida imobiliária da União. Em 2005, o orçamento do Ministério atingiu apenas R\$ 631,74 milhões para atender a todas as necessidades do Brasil na área esportiva, 0,10% do orçamento fiscal e seguridade social do País. Por outro lado, os encargos financeiros da União e a Previdência Social absorveram, respectivamente, 30,87% (R\$ 179,39 bilhões) e 25,11% (R\$ 145,95 bilhões), uma participação conjunta de 55,98%. O aumento proposto representaria um orçamento para o Ministério dos Esportes de R\$ 5,75 bilhões em 2005; ou seja, quase dez vezes maior do que o atual valor previsto.

5. Considerações Finais

Nas últimas décadas, o aumento da incidência da obesidade nas populações dos países desenvolvidos e em desenvolvimento chamou a atenção para o aspecto global desse fenômeno, que, além do aspecto hereditário ou hormonal, é decorrente em grande medida dos efeitos associados de uma dieta alimentar inadequada, estimulada pelo grande aumento da oferta de alimentos

observado nas últimas décadas, e pelo sedentarismo ou insuficiência na realização de atividades físicas. Assim, pode se dizer que se tornou imprescindível aplicar o conceito de qualidade, utilizado mais freqüentemente em relação a produtos, serviços e gestão, também em relação à alimentação, às atividades esportivas e à saúde.

Seguir uma dieta alimentar adequada e realizar atividades esportivas regularmente representa evitar a obesidade e problemas decorrentes, tais como: cardiopatias, diabetes, hipertensão, doenças renais, ósseas, cancerígenas e cerebrais. Tais procedimentos reduzem o risco de doenças e aumenta a longevidade das pessoas, melhorando, assim, a qualidade de vida da população. Pode-se dizer que a adoção desses princípios de vida por todas as pessoas conduziria o País para um novo estágio de desenvolvimento econômico e social.

Esses princípios se tornam mais importantes nos países em desenvolvimento, que apresentam escassez de pessoal qualificado e de recursos para formar novos quadros e que, portanto, precisam que o pessoal qualificado esteja preparado para produzir pelo maior prazo possível. Dessa forma, os programas de desenvolvimento deveriam dedicar atenção especial aos investimentos para melhorar o preparo físico da população. Tal iniciativa contribuiria para reduzir a parcela de trabalhadores sedentários, que não realizam uma atividade física mínima exigida e apresentam sobrepeso ou obesidade; ou seja, que estão mais propensos a contrair doenças com alto risco de invalidez parcial ou total e que, além de piorar a qualidade de vida dos indivíduos, contribuem para aumentar as faltas no trabalho, reduzir a produtividade e aumentar as despesas da Previdência Social.

Além de focar os investimentos em educação com o objetivo de construir um sistema nacional de educação de ponta, que consiga contribuir para o aumento da competitividade da economia brasileira, é preciso criar as condições para que a população mantenha a forma física em boas condições. Assim, o gasto de enormes quantias com a educação geral e cursos de alta qualificação deve ser associado às iniciativas que orientem e motivem as pessoas a manterem a boa condição física ao longo da vida. A melhoria nas condições de acesso da população às atividades esportivas traria muitos benefícios à saúde da população com impactos relevantes para o desenvolvimento econômico do País.

Assim, poderíamos partir da premissa de que tal política poderia ser focada em fatores micro que afetam a saúde e podem ser controlados por cada pessoa, tais como: orientação para melhorar a dieta alimentar, promover a realização de atividades esportivas regularmente, promover exames periódicos e mostrar a necessidade de acabar com o tabagismo. Por exemplo, poderia ser implementada uma política que estimulasse as pessoas a manterem o peso no intervalo entre 20 e 25 do IMC, a realizarem exames periódicos anuais e a comprovarem estar praticando uma

atividade esportiva regularmente. Além de tais iniciativas, poderiam ser fortalecidas as políticas focadas nos fatores macro, voltadas para redução da criminalidade, dos acidentes de trânsito e da poluição ambiental. Vale destacar, por exemplo, a importância de iniciativas como a retirada dos materiais nocivos à saúde do processo de produção e de produtos de vários setores da economia, a substituição do uso do diesel e da gasolina pelo álcool, óleo vegetal e gás natural, e a melhoria das condições de saneamento básico no País.

6. Anexo

Tabela 1
Produção Mundial Agrícola (Média Anual) – 1961-2004
(Milhões de Toneladas)

<i>Produto</i>	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2004	<i>Crescimento (%)</i>	
						<i>Anos 1960/ Anos 1990</i>	<i>Anos 1960/ Anos 1990</i>
Cereais	1.049	1.419	1.771	2.002	2.117	91	102
Frutas	208	269	329	418	484	101	133
Frutas Tropicais	6	7	11	13	15	138	169
Raízes e Tubérculos	498	551	562	638	696	28	40
Verduras	235	293	408	584	821	148	249
Ovos	17	24	33	47	60	173	246
Carne	86	119	158	209	250	142	189
Leite	368	431	511	546	604	49	64

Tabela 2
Área Colhida Mundial: Média Anual – 1961-2004
(Milhões de Ha)

<i>Produto</i>	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2004	<i>Crescimento</i>	
						<i>Anos 1960/ Anos 1990</i>	<i>Anos 1960/ Anos 2000</i>
Cereais	669	706	712	692	673	3	1
Frutas	26	31	37	46	51	75	92
Frutas Tropicais	1	1	1	2	2	123	169
Raízes e Tubérculos	47	48	45	50	53	5	11
Verduras	23	24	29	37	49	61	112

Tabela 3
Mundo: Rendimento Físico Médio Anual – 1961-2004
(Tonelada/Hectare)

<i>Produto</i>	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2004	<i>Crescimento (%)</i>	
						<i>Anos 1960/ Anos 1990</i>	<i>Anos 1960/ Anos 1990</i>
Cereais	15.645	20.093	24.887	28.932	31.436	85	101
Frutas	78.425	86.534	88.371	90.187	95.566	15	22
Frutas Tropicais	71.834	71.641	75.692	76.602	71.647	7	-0,26
Raízes e Tubérculos	105.036	115.667	124.009	127.908	132.004	22	26
Verduras	102.295	120.757	138.860	156.687	168.026	53	64

Tabela 4
Exportações Mundiais de Produtos Agropecuários (Média Anual) – 1961-2004

Produto	Item	Unidade	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2004	Crescimento (%)	
								Anos 1960/1990	Anos 1960/2000
Cereais	Quantidade	Milhões de t	98,67	156,51	225,54	244,52	271,58	148	175
	Valor	US\$ Bilhões	6,59	19,45	35,13	39,07	37,44	493	468
Frutas e Verduras	Valor	US\$ Bilhões	4,75	13,62	31,25	63,45	75,41	1.234	1.486
Frutas Tropicais Frescas	Quantidade	Mil t	28,66	46,27	62,52	109,71	222,29	283	676
	Valor	Milhões US\$	2,87	8,03	31,84	80,09	132,05	2.691	4.502
Raízes e Tubérculos	Quantidade	Mil t	10,47	26,43	63,64	72,15	109,08	589	942
	Valor	Milhões US\$	1,12	9,23	25,72	45,08	65,05	3.921	5.701
Carne	Quantidade	Milhões de t	4,71	7,44	11,14	18,49	25,83	293	449
	Valor	US\$ Bilhões	3,08	10,16	21,53	40,12	45,62	1.203	1.382
Verduras	Quantidade	Mil t	19,54	29,42	38,68	97,17	167,58	397	758
	Valor	Milhões US\$	19,56	32,04	63,07	133,92	177,76	585	809
Ovos	Quantidade	Mil t	1,48	2,97	7,84	8,14	11,50	451	679
	Valor	Milhões US\$	1,61	5,39	21,47	36,21	56,11	2.155	3.394
Leite (Condensado + Em Pó + Fresco)	Valor	1000\$	0,58	2,14	5,84	11,56	13,37	1.904	2.219
Leite em Pó	Quantidade	Milhões de t	0,95	1,74	2,75	3,04	3,57	221	277
	Valor	US\$ Bilhões	0,33	1,38	3,65	6,25	6,66	1.803	1.925
Leite Fresco	Quantidade	Milhões de t	0,31	1,36	2,97	5,24	6,31	1.577	1.921
	Valor	US\$ Bilhões	0,04	0,28	0,97	2,60	2,91	6.113	6.833

7. Referências Bibliográficas

- BITENCOURT, Valéria. "Cenário da indústria do esporte e marketing de eventos." In *Atlas do esporte*, 2004.
- CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957.
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). www.cob.org
- COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). www.olympic.org
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. www.codevasf.gov.br
- DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas dos esportes do Brasil. Atlas da educação física e atividades físicas do lazer e dos esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2004.
- DEMING, E. *Qualidade: a revolução da administração*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1990.
- _____. *Qualidade: a nova economia para indústria, o governo e a educação*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- ESTADO DE SÃO PAULO. www.estadao.com.br (vários números)
- HISTÓRIA DAS OLIMPIADAS. Rio de Janeiro: Abril, 2004. DVD.
- IBGE. www.ibge.gov.br
- _____. PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) 2002-2003, 2004.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. portal.mec.gov.br
- MINISTÉRIO DOS ESPORTES. www.esporte.gov.br
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. www.mpas.gov.br
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. www.mpo.gov.br
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Metas do milênio*. Disponível em <http://www.mre.gov.br>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. www.saude.gov.br
- O CORPO HUMANO. "A incrível jornada do homem do nascimento à morte." São Paulo: BBC/Abril, 2001. DVD.
- O GLOBO. oglobo.globo.com.br (vários números)
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Metas do milênio*. Disponível em <http://www.un.org>.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). www.fao.org.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. www.unesco.org.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). www.who.int.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). www.pnud.org.br.
- SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SHULTZ, T. W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SIQUEIRA, Tagore Villarim de. "Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para Agenda 21." *Revista do BNDES*, n. 15. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. "A cultura da manga: desempenho no período 1961-2001." *BNDES Setorial*, n. 17. Rio de Janeiro, 2003(a).
- _____. "A cultura da banana: desempenho no período 1961-2001." *BNDES Setorial*, n. 17. Rio de Janeiro, 2003(b).
- _____. "A cultura do mamão: desempenho no período 1961-2002." *BNDES Setorial*, n. 18. Rio de Janeiro, 2003(c).
- _____. "O ciclo da soja: desempenho da cultura da soja entre 1961 e 2003." *BNDES Setorial*, n. 20. Rio de Janeiro, 2004.
- THOMPSON, Paul, D. (ed.). *O exercício e a cardiologia do esporte*. 1ª ed. São Paulo: Manole, 2004.
- VEIGA, João Paulo C.. *O compromisso das empresas com as metas do milênio*. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.
- VEJA. www.veja.com.br

Rio de Janeiro

Av. República do Chile, 100/1.301 - Centro
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2172-8888 Fax: (21) 2220-2615

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510/5º andar
Vila Nova Conceição
04543-906 - São Paulo - SP
PABX: (11) 3471-5100 Fax: (11) 3044-9800

Brasília

Setor Bancário Sul - Quadra I - Bloco J/13º andar
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3214-5600 Fax: (61) 3225-5510

Recife

Rua Antônio Lumack do Monte, 96/6º andar - Boa Viagem
51020-350 - Recife - PE
Tel.: (81) 3464-5800 Fax: (81) 3465-7861

Internet: www.bndes.gov.br

E-mail: faleconosco@bndes.gov.br



**Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior**



Editado pelo
Departamento de Comunicação e Cultura
Setembro - 2005

www.bndes.gov.br